

A Ascensão do Iliberalismo

e o fim da hegemonia estadunidense

Revisitando Fareed Zakaria

A ascensão da Democracia Iliberal 28 anos depois

Claudio de F. Augusto e Paulo C G dos Santos Jr

O mal-estar de uma novidade democrática

A domesticação do *demos* pelo capitalismo estadunidense

Thiago Logatto

Iliberalismo em Realengo ?

O enfraquecimento das estruturas democráticas no Rio de Janeiro

Rebecca Saisse

Apertem os cintos, o piloto sumiu !

O abandono do custo da hegemonia pelos EUA

Paulo Cesar G dos Santos Jr

Política e Sociedade

Os EUA e o nazismo por Pedro Sant'Ana

O império sem fronteiras das *big techs* por Carolina Leirinha

TikTok e a desinfantilização da nova geração por Isabela Canha

Efeitos do 'tempo acelerado' contemporâneo por Leon Lyrio



ET Social: Revista de Estudos Territoriais e Sociais

Laboratório de Estudos Regionais e Locais (certificação CNPq: 22/07/2021)
Universidade Federal Fluminense



número 1, volume 1, agosto de 2025

Conselho Editorial

Prof Dr Claudio de Farias Augusto
Prof Dr Juliano Pessanha Gonçalves
Prof Dr William Bueno Rebouças

Equipe Editorial

Camilla Henrique Ferreira
Carolina Meleiro Leirinha
Edson de Castro Lisboa
Isabela Canha Fernandes
Leon Lyrio dos Santos
Paulo Cesar Gomes dos Santos Jr
Pedro Philipe Medeiros de Sant'Ana
Rebecca Saisse dos Santos Ribeiro
Tchaia Labriola de Moura
Thiago Logatto

Créditos

Editora-chefe: Carolina M Leirinha
Diagramação: Carolina M Leirinha e Paulo C G dos Santos Jr.
Logomarca (criação e desenvolvimento): Sophia Santos H do Prado (@figur.art)
Imagem de capa: Terelyuk Anna/Vecteezy (<https://www.vecteezy.com/>)

Revista produzida e publicada pelo LERLOC-UFF (Laboratório de Estudos Sociais e Locais da Universidade Federal Fluminense), sediado na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
Contato: contato@lerloc.org Site: <https://www.lerloc.org/>

A ET Social é uma revista GRATUITA de ENSAIOS acadêmicos que visa estimular o debate qualificado sobre questões relevantes à sociedade atual nas áreas de Ciências Humanas e Interdisciplinar. Os artigos são selecionados pela qualidade escrita e argumentativa demonstrada e pela competência no diálogo com o embasamento científico mobilizado. Entretanto, as opiniões expressas nos mesmos são de total responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a opinião dos editores. A revista também não se responsabiliza pela desativação ou mudanças de conteúdo nos links referenciados em seus artigos.



Sumário

Editorial	01
A Ascensão do Iliberalismo	
A concepção de iliberalismo na visão de Fareed Zacharia <i>Claudio de F Augusto e Paulo C G dos Santos Jr.</i>	03
O abandono do custo da hegemonia pelos EUA <i>Paulo C G dos Santos Jr.</i>	25
O mal-estar de uma Novidade Democrática <i>Thiago Logatto</i>	49
Iliberalismo em Realengo? <i>Rebecca Saisse dos Santos Ribeiro</i>	56
Política e Sociedade	
Os EUA e o Nazismo <i>Pedro Philipe Medeiros de Sant'Ana</i>	60
As Big Techs <i>Carolina Meleiro Leirinha</i>	71
A desinfantilização na era do TIKTOK <i>Isabela Canha Fernandes</i>	76
Os Efeitos do Tempo acelerado no Mundo Contemporâneo <i>Leon Lyrio dos Santos</i>	80

Editorial

No momento em que escrevemos este texto introdutório, a comunidade internacional ainda está sofrendo com as consequências da errática política de "tarifaços" imposta unilateralmente pelos EUA, a maior economia do planeta, que, no ano de 2024, registrou um PIB cerca de um terço maior do que a segunda economia mundial, a China, e cerca de oito vezes maior do que a terceira colocada, a Alemanha.

Mesmo dentro do contexto atual que é interpretado por muitos analistas como sendo de decadência hegemônica, os EUA ainda são, incontestavelmente, a maior potência mundial tanto no âmbito econômico quanto no militar, muito à frente dos concorrentes mais próximos e, por isso, ainda um *player* capaz de redefinir completamente a ordem mundial construída pelos próprios EUA desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Esta contradição de princípios, a aparente inversão súbita de valores e de política externa por parte de um país-chave que, sob vários aspectos, possui a capacidade de definir as bases de sustentação e orientação do comércio internacional, é abordada no artigos "Revisitando Fareed Zakaria" e "Apertem os cintos, o piloto sumiu!", onde o mesmo referencial teórico, inicialmente utilizado em 1997 pelo ex-professor da Universidade de Columbia, âncora da CNN Internacional e editor de revistas prestigiadas como *Newsweek* e *Foreign Affairs* para analisar o "estranho" surgimento de ditaduras supostamente democráticas no Leste Europeu e no Oriente Médio, é, desta vez, utilizado para analisar o surgimento do autoritarismo nos próprios EUA, sob o comando cada vez mais personalista de Donald Trump e sua facção radical do partido republicano, o MAGA (*Make America Great Again*).

Aprofundando ainda mais esta abordagem inicial, ao analisar as contradições intrínsecas à democracia liberal, numa crítica às bases mobilizadas por Zakaria para justificar sua argumentação, o artigo "O mal-estar da novidade democrática" convida o leitor a pensar além da narrativa comumente utilizada pelos EUA nestas últimas décadas para justificar suas ações no cenário internacional. Até onde poderíamos dizer que os EUA respeitam o modelo que eles mesmos impõem à comunidade internacional? E, neste sentido, seria a transformação atual, aparentemente tão radical, uma ruptura de fato ou a realização inevitável de uma contradição fulcral do modelo econômico estadunidense?

Projetando estas mesmas inquietações sobre a nossa realidade mais imediata, o artigo "Iliberalismo em Realengo?" demonstra como os valores democráticos liberais podem ser solapados nos aspectos mais básicos do nosso dia a dia e o quanto uma discussão teórica pode suscitar, numa análise mais atenta, inúmeras conexões práticas.

Na seção "Política e Sociedade", reflexões oportunas sobre vários temas que têm conquistado importância crescente na vida do cidadão comum nestes tempos tão conturbados. O artigo "Os Estados Unidos e o Nazismo", explica, surpreendentemente, como as bases ideológicas do sectarismo fascista, refletidas no nacionalismo que se espalhou rapidamente pela Europa da década de 1930, podem ser encontradas no país de maior expressão econômica mundial naquela época - não por acaso, os EUA - e como essas tendências se conectam com a visão de mundo de um dos homens mais ricos do planeta, figura-chave para a reeleição de Trump: Elon Musk.

Impactando profundamente as estruturas sociais, redefinindo comportamentos e manipulando as tendências comerciais mundiais ao controlarem sozinhas praticamente todos os fluxos de informação no planeta, as *big techs* representam hoje o que há de mais significativo em termos de poder político e financeiro exercido indistintamente sobre os Estados (soberanos ?) e suas populações. O artigo "As Big Techs e a manipulação digital", apoiado no trabalho da professora emérita de Harvard, Shoshana Zuboff, desenvolve sobre a ubiquidade das ferramentas digitais de manipulação e controle social, fazendo um resumo básico das suas principais facetas e consequências.

Finalmente, escritos por alunos particularmente dedicados ao tema, os artigos "A desinfantilização na era do TikTok" e "Os efeitos do tempo acelerado no mundo contemporâneo" tratam da maneira como a onipresente vida digital afeta o comportamento e a percepção das pessoas neste mundo cada vez mais conturbado e difícil.

Com os trabalhos apresentados nesta edição, esperamos contribuir para um debate inteligente e profícuo sobre algumas das questões mais prementes da realidade hodierna.

Boa leitura!

Revisitando Fareed Zacharia

A ascensão do iliberalismo, 28 anos depois.

Claudio de Farias Augusto e Paulo C G dos Santos Jr *

<https://doi.org/10.5281/zenodo.15866139>

Nestes últimos anos, tornou-se comum a percepção de que o mundo está se tornando um lugar cada vez mais difícil de se viver. E não se trata de um sentimento somente dos brasileiros, em praticamente todos os países, incluindo os mais ricos, a maior parte da população tem enfrentado crescentes desafios para conseguir atravessar o dia a dia. Um dos indicadores mais claros desta insatisfação que vem se acumulado mais intensamente após a crise de 2008, é a estagnação financeira das classes médias mundiais. Um estudo da OCDE (*Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico*) publicado em 2019¹ (antes da pandemia, portanto), analisava a economia de vários países do hemisfério norte e alertava para as fortes perdas sofridas pela população de poder aquisitivo médio e baixo, ressaltando a recuperação insuficiente para estes grupos na década de 2010 e a acentuada desigualdade gerada pelo acúmulo de renda na parcela mais rica da sociedade, esta que sofreu poucas perdas (em termos relativos, pois já vinham acumulando ganhos desde as décadas anteriores) e teve uma recuperação considerável no mesmo período (aumento real de cerca de 10% enquanto a classe média praticamente retornou ao mesmo patamar de 2008).

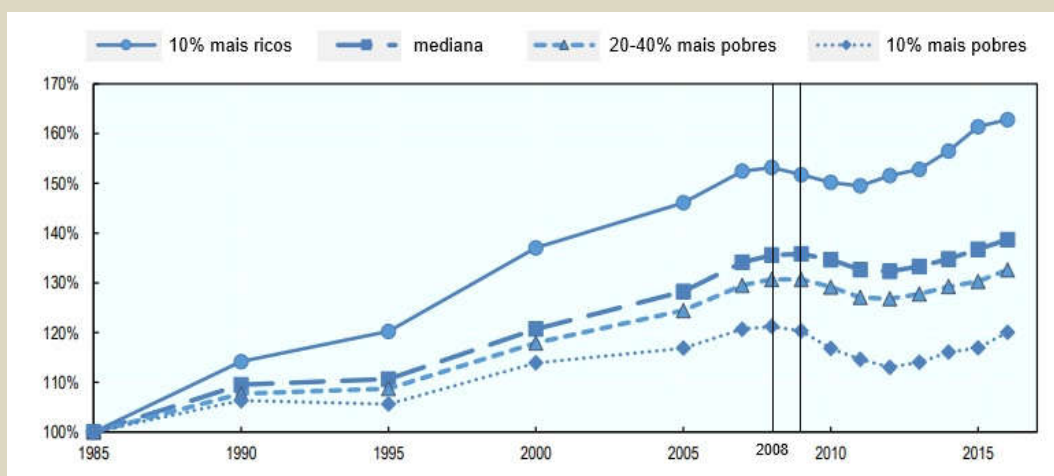


Gráfico 1: Percentual de aumento na renda real para diferentes classes sociais a partir dos valores em 1985. Gráfico exibindo a média simples (não ponderada) de 17 países: Canadá, Alemanha, Dinamarca, Finlândia, França, Reino Unido, Grécia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Holanda, Noruega, Nova Zelândia, Suécia e EUA^[1].

Longe de ser uma exceção, a tendência de superacumulação de renda em reduzidos grupos hiperprivilegiados da sociedade, mantida, em grande parte, devido aos volumosos investimentos que estes indivíduos com excesso de capital realizam no mercado financeiro

internacional^[2], mostra-se diretamente associada às políticas econômicas neoliberais adotadas nos EUA e no mundo a partir do final da década de 1970, conforme demonstra o gráfico 2. Neste histórico elaborado a partir do censo estadunidense, ao compararmos o aumento real na renda dos 5% mais ricos com a posição da mediana (valor de renda no centro da amostra) e a renda da parcela de menor poder aquisitivo (20% mais pobres), torna-se fácil perceber como o poder aquisitivo da maioria da população (observe a mediana) se distancia rapidamente dos mais ricos no mesmo momento em que a desregulização dos mercados se amplia (incentivando os investimentos no mercado financeiro em detrimento dos setores produtivos)², os cortes nas políticas de amparo social se tornam mais intensos e definitivos (fim das políticas redistributivas ligadas ao *welfare state*)⁴ e os interesses dos grandes aglomerados empresariais e bancários passam a controlar com mais vigor as políticas públicas na maioria dos Estados ocidentais (apropriação do Estado pelo poder corporativo) [5],[6].

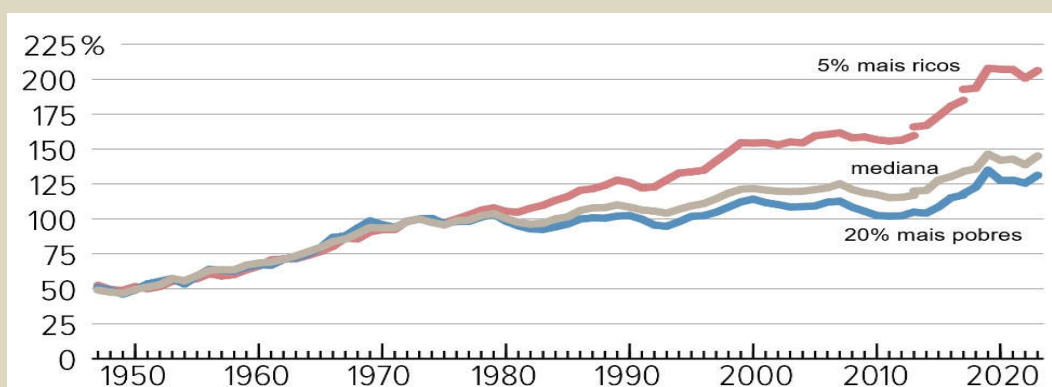


Gráfico 2: Ganho real na renda das famílias estadunidenses como percentual do valor em 1973 (primeira grande crise do petróleo). Cálculos feitos a partir dos dados do censo dos EUA^[3].

Embora alguns estudos, considerando a média e não a mediana (ou seja, somando a renda da população mais pobre com a da mais rica)^[7] afirmem que houve aumento efetivo nos ganhos reais da população estadunidense como um todo, o gráfico acima, utilizando um

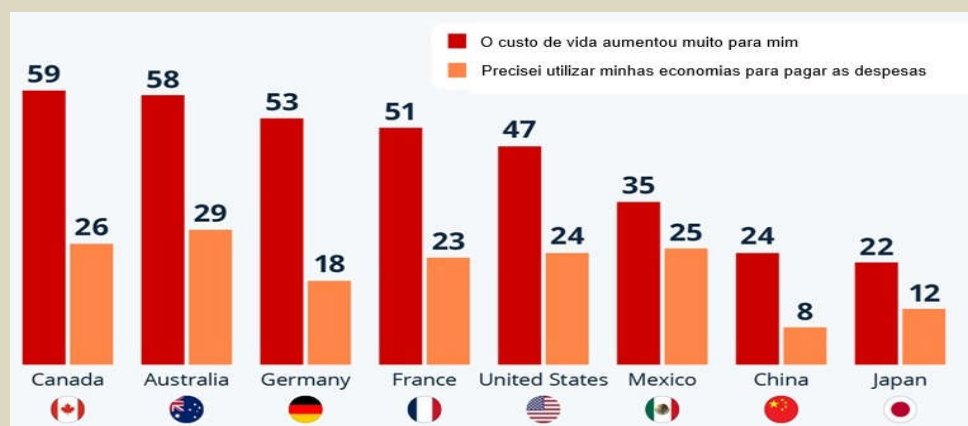


Gráfico 3: Valores em percentuais da população total. Pesquisa realizada durante o ano de 2024. Foram consultadas entre 12,000 e 60,000 pessoas em cada país^[8].

indicador mais adequado (devidamente fixado na renda intermediária), demonstra claramente o empobrecimento da classe média, uma tendência notável em praticamente todos os países na atualidade, conforme também demonstra o gráfico 3, um outro estudo sobre a percepção do custo de vida em vários países elaborado pelo site statista^[8]:

Desigualdade e retrocesso econômico

Retornando ao estudo da OCDE inicialmente citado^[1], vale ressaltar que a *Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico* ou OECD (*Organization for Economic Co-operation and Development*) é uma instituição intergovernamental composta majoritariamente por países ricos, fundada em 1961 (como uma ampliação da *Organização de Cooperação Econômica Europeia*, criada em 1948) com a missão de estimular o comércio internacional e o "progresso econômico" (a visão liberal de "progresso")^[9], ou seja, estimular o livre mercado ajudando a manter e desenvolver a ordem econômica estabelecida no pós-guerra (baseada na preponderância econômica estadunidense e no seu modelo de regime político, a democracia liberal^[10]). Destaca-se o viés liberal da instituição porque o documento do qual estamos tratando alerta para o empobrecimento da classe média em função do aumento da desigualdade financeira no mundo para, logo depois, fazer associações diretas deste fenômeno econômico com a degeneração da organização social e o surgimento do autoritarismo político:

Entre as famílias de classe média, há atualmente um crescente descontentamento com a situação econômica. Neste contexto, a estagnação dos padrões de vida nos países da OCDE tem sido acompanhada ao longo dos últimos anos por novas formas de nacionalismo, isolacionismo, populismo e protecionismo. Sentimentos nacionalistas e de antiglobalização que podem surgir porque o encolhimento da classe média gera desilusão e prejudica a participação política, além de incentivar os eleitores a apoiarem políticas protecionistas contra o sistema econômico vigente. A instabilidade política gerada pela classe média empobrecida pode prejudicar o crescimento e o desenvolvimento econômicos^[11].

O economista, Prof da Universidade de Columbia e prêmio nobel de economia em 2001, Joseph Stiglitz, uma das referências neste estudo, reforça a relação direta entre prosperidade econômica e estabilidade política, associando a desigualdade com o abuso de poder daqueles que possuem condições privilegiadas para exercê-lo contra os interesses da população:

Os fracassos em política e economia estão interrelacionados e reforçam uns aos outros. Um sistema político que amplifica a voz dos ricos exige não somente leis e regulamentações -junto a uma capacidade administrativa efetiva de fiscalização- criadas de maneira que consigam [verdadeiramente] proteger os cidadãos comuns dos ricos e que evitem um enriquecimento ainda maior desta classe em detrimento do resto da sociedade^[12].

Entretanto, há algo incoerente aqui: embora esteja clara para muitos a influência que a pobreza e a precarização material exercem sobre a estabilidade social e, consequentemente, sobre as tendências políticas, é bem sabido que as ideias da escola econômica clássica (base do modelo neoliberal preponderante desde o final da década de 1970) se apoiam na crença de que a livre concorrência (o livre mercado) é condição necessária e suficiente para o desenvolvimento econômico e, por isso, rejeitam fortemente qualquer intervenção oriunda de questões sociais. Portanto, surpreende encontrar esse tipo de relação causal num documento produzido por uma instituição que está diretamente ligada aos interesses econômicos dos países mais ricos (os principais beneficiários do *status quo*) e que, até pouco tempo atrás, defendia abertamente as políticas neoliberais.

Uma possível explicação para esta virada brusca na orientação teórica da OCDE poderia ser a gravidade do contexto social atual. Nestes últimos anos, vale destacar, o excessivo acúmulo de riqueza numa diminuta parcela mais rica da sociedade foi tão acentuado que praticamente retornou aos níveis da grande depressão da década de 1930.



Gráfico 4: Histórico da concentração do PIB em faixas de renda selecionadas nos EUA^[13].

Comparando os percentuais de distribuição de renda nos EUA em 1928 (véspera da crise de 1929) com os de 2022, podemos observar que os valores não apenas estão bem próximos como pioraram no que se refere à perda entre os 50% mais pobres. Outro ponto importante é que, embora haja, comparativamente, uma faixa de renda intermediária (entre os 50% inferiores e os 10% superiores) maior em 2022 (19.1%) do que em 1928 (16%), o gráfico 2 demonstra que o poder aquisitivo deste grupo (ganho real) não obteve recuperação

significativa no pós-2008 e acompanha de perto as classes mais pobres desde então. Ou seja, na prática, embora exista uma classe média maior em 2022, ela está ainda mais insatisfeita do que em 1928 quando seu poder aquisitivo, apesar de também muito baixo, não assumia uma tendência de queda tão intensa por um tempo tão prolongada. Mais uma vez, é possível ver claramente neste gráfico 4 que o crescimento da desigualdade gerando um agravamento cada vez mais maior da pobreza é uma tendência que segue continua e acentuadamente desde o final da década de 1970, início das políticas neoliberais.

Além da desesperança e dos sofrimentos físico, material e psicológico que um acúmulo tão acentuado de riqueza e poder numa parcela diminuta da sociedade tem causado à grande maioria da população, um outro possível motivo para a nova abordagem adotada pelo relatório da OCDE é o fato, agravado nestes últimos anos, de que a análise econômica clássica tem divergido consideravelmente das aferições econômicas empíricas, ou seja, do que pode ser observado na prática, principalmente após a crise de 2008. Uma reportagem publicada em 2020 pela prestigiada revista *The Economist* aponta erros grosseiros nas previsões econômicas elaboradas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial^[14]. Talvez, naquele ano, meados da pandemia, estes equívocos pudessem ser justificativos pela anomalia do contexto econômico internacional, mas o problema não apenas continuou a ser apontado pela própria *The Economist* nos anos seguintes^[15] como chegou ao ponto de, em 2025, um levantamento da UOL afirmar que 95% das previsões econômicas feitas desde 2021 estavam erradas^[16]. Não é pouca coisa ...

Portanto, a gravidade da questão social aliada à incapacidade do modelo econômico clássico em lidar com a realidade (ao pressupor um livre mercado inexistente) parecem ter obrigado a instituição a uma revisão metodológica que os levou ao nekeynesianismo como modelo análise preponderante, teoria econômica que se consiste numa variação contemporânea da escola keynesiana e que trabalha de maneira menos ortodoxa ao associar problemas sociais com fenômenos econômicos.

Na verdade, mudanças de viés nas análises da OCDE não deveriam gerar estranheza, uma vez que, historicamente, a instituição tende a acompanhar o pensamento econômico predominante. Logo após sua criação, durante o período do *welfare state*, a instituição adotava análises keynesianas, incentivando políticas redistributivas e de regulação do mercado, mas, com a ascensão das políticas neoliberais durante a era Reagan-Thatcher, em meados de 1970, houve uma guinada ideológica para o neoliberalismo que orientou a instituição durante as décadas de 1980 e 1990. Após a virada do século, caminhando no



Château de la Muette, sede da OCDE em Paris^[17]

sentido oposto com o rápido crescimento da desigualdade no primeiro mundo em meio à expansão global do neoliberalismo na década de 2000, a instituição ensaia um retorno às suas origens ideológicas, inicialmente, recuperando e defendendo a ideia de "capital humano" (conceito oriundo de Adam Smith que identifica o conhecimento humano como um tipo de capital e, desta forma, justifica investimentos em educação) mas ainda respeitando os pilares da economia clássica e atuando fortemente em defesa da autorregulação do mercado^[18]. A grande virada para uma revisão contemporânea do keynesianismo acontece em após a crise de 2008, mais particularmente com o relatório "Dividos, nós estamos" (*Divided We Stand*), de 2011, quando a instituição passa a apontar a desigualdade e suas consequências sociais como o principal entrave para o desenvolvimento harmônico da economia mundial^[19].

Torna-se, portanto, bastante significativo e diz muito sobre o momento atual que uma das instituições mais tradicionais na defesa dos interesses dos países ricos (existente desde 1948), diante do nível agudo de desigualdade atual, tenha realizado uma reviravolta tão radical no seu viés econômico, renegando os princípios que a orientavam há uma década atrás.

Seguindo a escola keynesiana, são várias as associações que poderiam ser apontadas entre a decadência da classe média e o retrocesso político, entre elas: a dificuldade de acesso aos recursos mais básicos à sobrevivência pelas famílias precarizadas, o que não só se constitui num tipo de violência física intensa para o dia a dia das pessoas (fome e carências materiais de todo tipo), gerando marginalização social e disfuncionalidade, como também resulta no

comprometimento do crescimento comercial e econômico do país devido à redução na demanda de produtos e serviços. Um outro aspecto, a dificuldade de acesso à alimentação regular e de boa qualidade pelas parcelas empobrecidas da classe média e, mais ainda, pela população de baixo poder aquisitivo em geral, leva ao aumento de pressões sociais variadas nos serviços públicos de saúde e compromete a dignidade dos indivíduos, passando a exigir recursos públicos cada vez maiores para conter ou controlar o aumento da violência na sociedade (mais verbas para as forças policiais e, nos casos mais graves, também para eventuais políticas financeiras a fundo perdido visando a contenção da desigualdade, como os créditos especiais), o que, mais uma vez, reduz o potencial dos fluxos comerciais entre as parcelas economicamente ativas da sociedade e compromete a economia do país. Além disso, a dificuldade de acesso à educação adequada por parte dos filhos desta população pobre e da classe média agora relegada à penúria, gera uma expectativa de futuro reduzida ou anulada

Escreve Stiglitz: "A baixa renda restringe as oportunidades das famílias se tornarem produtivas de diversas maneiras: reduz a capacidade de investirem nos seus filhos, de terem casa própria e de participarem ativamente da economia da região onde moram [...]", para concluir um pouco mais adiante: "[...] um mundo onde muitas famílias têm pouca ou nenhuma renda, com limitadas oportunidades de educação geradas pelo governo, há subinvestimento em capital humano." [20]

Portanto, mesmo dentro de um modelo econômico capitalista, apoiado na competição e reconhecendo desigualdade como inevitável, a pobreza extrema pode ser entendida como um grave limitante ao desenvolvimento, tornando-se, gradualmente, um fardo cada vez mais difícil de ser carregado pelos países e gerando um custo político proporcional ou ainda maior.

Desigualdade e retrocesso democrático

Do ponto de vista político-social, a relação entre o aumento da desigualdade e a decadência política pode ser pensada a partir da importância fundamental que a classe média assumiu na formação e desenvolvimento do Estado Moderno. Neste sentido, vale ressaltar que a transição do sistema feudal para o capitalismo foi um processo longo e gradual que se desenvolveu desde meados da idade média a partir da expansão do comércio na Europa. Foi o aumento nas trocas comerciais que levou, gradualmente, ao surgimento e crescimento de um grupo social intermediário situado entre a miséria do camponês iletrado (a quase totalidade da população durante a idade média) e a opulência absoluta dos senhores feudais (uma reduzidíssima minoria). O deslocamento do centro de poder financeiro da posse da terra para



Rio de Janeiro, 2008: Favela da Rocinha em primeiro plano com o bairro de São Conrado ao fundo^[21]

a movimentação e distribuição de bens de consumo estimulou e valorizou o advento de inúmeras novas atividades rentáveis, alimentando, assim, a aglutinação de braços e mentes em torno dos pequenos centros comerciais nascentes que, séculos depois, transformar-se-iam em agrupamentos urbanos para abrir espaço, finalmente, no final século XVIII, ao poder político de uma classe outrora menosprezada e submissa à nobreza, ou seja, à força da burguesia manifestada através das revoluções liberais.

A percepção da expansão burguesa como uma mudança de mentalidade em favor do liberalismo, buscando sua centralidade social e política através da influência exercida pelo comércio, é ressaltada pelo sociólogo Barrington Moore Jr no livro "Origens Sociais da ditadura e da democracia", ao falar da nova função que a propriedade privada da terra assume neste sistema econômico:

[...] a questão agrária deixou de ser vista como uma questão de se encontrar a melhor maneira de manter as pessoas trabalhando na terra e passou a ser vista como a melhor maneira de se investir o dinheiro na terra. A terra começou a ser tratada mais e mais como algo que pode ser comprado e vendido, usado e abusado, ou seja, como uma propriedade privada moderna [...] ^[22]

A mudança de valores causada pela ascensão do comércio durante a transição de poder financeiro e político da nobreza para a burguesia teve como consequência direta o fortalecimento da classe média devido ao aumento na demanda por mercadorias dos mais variados tipos, gerando, assim, novas necessidades sociais e, conseqüentemente, novas profissões e atividades rentáveis em meio à movimentação de pessoas e dinheiro que diversificou e enriqueceu a sociedade como um todo. Este novo contexto social que, aos poucos, vai se organizando em torno das cidades erguidas onde outrora havia somente pequenos entrepostos comerciais, também tem conseqüências diretas na intensificação da circulação de ideias e nas interações entre os indivíduos sob os auspícios dos ideais iluministas. Uma transformação que o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas chama de "esfera pública":

A esfera pública burguesa pode ser inicialmente entendida como sendo a esfera das pessoas privadas reunidas como um grupo que imediatamente reivindica o espaço público regulamentado contra a autoridade estabelecida, a fim de discutir as regras gerais de troca na esfera fundamentalmente privada [aquela que lhes interessa diretamente] e que é publicamente relevante para a movimentação de mercadorias e para o trabalho no âmbito social^[23].

Ou seja, a intensificação das relações humanas num ambiente diversificado de profissões e interesses atua como catalizador das políticas públicas que se tornam ainda mais relevantes para a sociedade como um todo. Uma tendência que se acelera com o surgimento da indústria e da produção comercial em massa durante a revolução industrial. E é neste momento de rápido desenvolvimento da sociedade liberal, sempre apoiada na ascensão da burguesia, que Max Weber chama a atenção para a destacada importância que a nascente classe média e seu trabalho cada vez mais especializado exerce na formação e consolidação das estruturas de poder nos Estados modernos:

[...] É óbvio que o grande Estado moderno depende tecnicamente, com o decorrer do tempo e cada vez mais, de uma base burocrática, e isto tanto mais quanto maior é sua extensão, particularmente quando é uma grande potência ou está a caminho de sê-lo^[24].

Portanto, considerando sua conexão histórica com a intensificação dos fluxos comerciais e com o desenvolvimento intelectual, político e humano em geral, a existência de uma classe média bem desenvolvida revela-se essencial para a constituição de uma estrutura social complexa capaz de viabilizar a democracia na sua versão liberal, ou seja, para que se torne



Hungria, 2018: Marcha pela moradia em Budapeste. As políticas habitacionais autoritárias de Viktor Orbán, reduzindo severamente o financiamento público, desregulamentando o mercado de aluguéis e criminalizando os moradores de rua, levaram a uma forte onda de protestos contra o agravamento das condições de vida na capital húngara^[25].

possível a institucionalização do voto livre e esclarecido associado à liberdade de expressão e igualdade de direitos. Afirma um pensador de particular importância para compreensão da globalização na década de 1990, Francis Fukuyama:

[...] Em meio à antiga ordem agrária, constituída em torno de grandes proprietários de terra dependentes do trabalho servil, a transição pacífica para a democracia era algo particularmente difícil. [Isto porque] Em quase todos os casos, a ascensão e crescimento da classe média foi essencial para o desenvolvimento da democracia. O regime democrático só começou a se tornar viável e estável no mundo moderno na medida em que a industrialização gerou sociedades com classes médias, ou melhor, sociedades nas quais uma parte significativa da população atuava como classe média^[26].

Portanto, se partirmos da premissa de que uma classe média forte é essencial para a sustentação de um regime verdadeiramente democrático e liberal (conforme aconteceu na Europa e nos EUA durante os chamados "trinta anos gloriosos", o período de consolidação do bloco ocidental entre 1945 e 1975), poderemos deduzir que a situação inversa, ou seja,



Egito, 2013: Golpe militar contra o presidente Mohamed Morsi, democraticamente eleito em 2012 e que assumiu o poder após a derrubada do ditador Hosni Mubarak em 2011, uma das consequências da "primavera árabe" egípcia. O golpe contra Morsi foi o fim do efêmero experimento democrático no país: o autoritarismo retornou com Abdel Fattah el-Sisi, um novo presidente eleito em 2014 sob tutela dos militares^[27].

a redução da classe média e de sua capacidade de mobilização e reivindicação de direitos, tende a gerar instabilidades sociais e econômicas que prejudicam ou inviabilizam a manutenção da democracia.

Revisitando o Illiberalismo de Fareed Zakaria

As considerações anteriores nos levam diretamente às questões ligadas à ominosa ampliação do poder e da influência internacional dos regimes autoritários e movimentos neonazistas ao longo da última década, todos surgidos a partir do voto democrático popular para desafiar a ordem política e econômica estabelecida após a Segunda Guerra Mundial. Uma tendência política que poderia ser chamada de "voto iliberal".

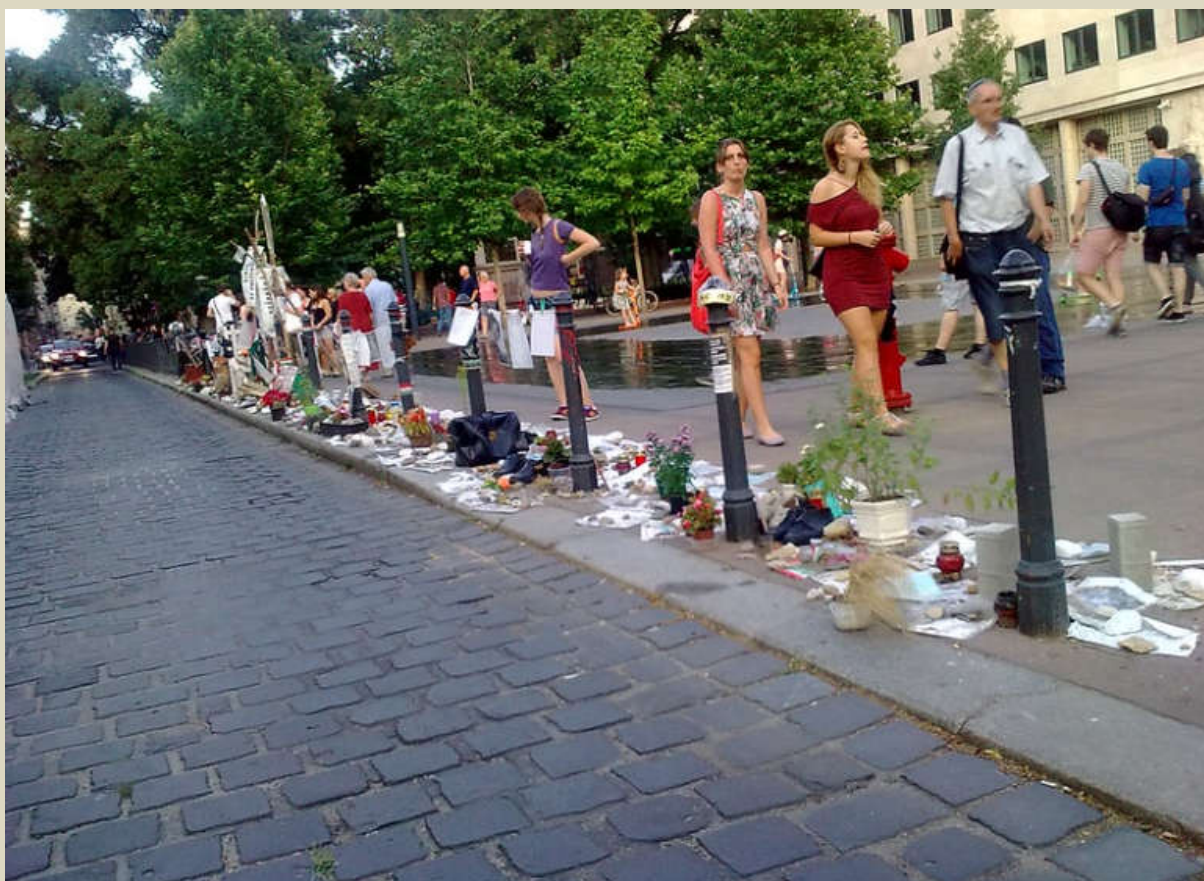
Para tratar deste assunto, começaremos lembrando quando, há cerca de 28 anos atrás, bem antes crise financeira de 2008 e em meio à expansão neoliberal das décadas de 1990 e 2000 (também chamada globalização 3.0), o teórico político e comentarista Fareed Zakaria já

alertava para o que ele chamou de "ascensão do iliberalismo", ou seja, para o fortalecimento de regimes autoritários ao redor do mundo que, ou se apoiavam num sistema democrático dissociado da defesa das liberdades individuais, ou se utilizavam do termo "democracia" para justificar procedimentos claramente antidemocráticos como eleições fraudulentas, propagandas mentirosas e perseguição de inimigos políticos.

A aparente incoerência de se associar o termo "democracia" com autoritarismo, incentivo ao ódio e cerceamento de direitos, pode ser explicada, na análise de Zakaria, pela separação da ideia de democracia liberal nos seus dois conceitos básicos: a democracia representativa (procedimentos eleitorais devidamente organizados para se legitimar representantes através do voto popular) e o liberalismo na sua acepção fundamental que incluiria a igualdade de direitos, liberdade de expressão e manifestação, defesa das minorias e o respeito à lei (Constituição de um Estado). Na análise de Zakaria, a grande onda democrática que tomou conta do mundo após o fim da União Soviética (URSS) em 1991, através da expansão planetária dos valores ocidentais, em muitos casos, não se reverteu num sistema político contrário à centralização excessiva de poder. Particularmente, nos países mais pobres (aqueles com uma classe média pequena ou precária) e nos países que pertenceram ao bloco comunista durante a guerra fria, ou seja, Estados que não possuíam uma estrutura econômica complexa e desenvolvida ou que passaram muitas décadas sob um sistema econômico incompatível com a lógica competitiva liberal e que, exatamente por estes motivos, estavam enfrentando grandes dificuldades para se integrarem à globalização econômica neoliberal.

Regimes democraticamente eleitos, muitas vezes aqueles reeleitos ou reafirmados através de referendos populares, estão ignorando os limites constitucionais para os seus poderes e privando seus cidadãos de direitos e liberdades básicas. Do Peru à Autoridade Palestina, de Serra Leoa à Eslováquia, do Paquistão às Filipinas, estamos assistindo a ascensão de um fenômeno perturbador no cenário internacional: a democracia iliberal^[28].

O artigo inicia colocando o problema de maneira bem clara: "Suponha que as eleições tenham sido declaradas livres e justas, mas os políticos eleitos são racistas, fascistas, sectaristas e se opõem publicamente à paz e à reintegração. Este é o dilema". E é importante frisar que não se trata de mero um argumento teórico: esta frase foi dita pelo diplomata estadunidense Richard Holbrooke ao se defrontar com os resultados das eleições na Bósnia em 1996^[29]. A Bósnia, vale lembrar, fez parte da Iugoslávia durante o domínio da URSS,



Hungria, 2014: protesto silencioso na capital, Budapeste, contra os esforços do governo autoritário de Viktor Orbán para apagar a memória da participação húngara no holocausto nazista. Diversas fotos e objetos relacionados com os 600.000 judeus e ciganos húngaros deportados para os campos de concentração foram espalhados pelas ruas do centro^[30].

tornou-se independente em 1992 (logo após o fim do bloco comunista), mas, imediatamente depois, degenerou numa sangrenta guerra étnica que durou até 1995, um dos mais violentos conflitos da guerra dos bálcãs na década de 1990. O território bósnio ocupava uma região estratégica para o poder soviético desde o final da Segunda Guerra Mundial, com várias bases militares e depósitos de armas, e que era mantida sob um regime brutal e fortemente autoritário por Josip Broz Tito, o ditador da Iugoslávia.

Entretanto, naqueles anos finais da década de 1990, em meio ao otimismo globalista generalizado que acompanhou o fim do bloco soviético, a popularização da computação pessoal e o surgimento da Internet, algum tempo antes do ataque às torre gêmeas em Nova Iorque, a renitente tendência à tirania e a decadência política de alguns países parecia ser nada mais do que um mero fenômeno anômalo, um desvio insignificante do brilhante futuro anunciado pelo "fim da história" de Francis Fukuyama: a ideia de que a democracia liberal

se tornara a forma final de governo, vencendo o embate ideológico da guerra fria e demonstrando, desta forma, não possuir contradições internas, o que a projetaria como o ápice do desenvolvimento político humano por todo o futuro visível^[31].

Hoje, sabemos bem, a história das ideologias e as contradições do liberalismo continuaram por caminhos inesperados e surpreendentes àquela efêmera epifania liberal.

E agora, em 2025, o que parecia ser uma exceção nos anos 2000 tem se tornado regra com uma tal intensidade que até mesmo o país mais rico do mundo, principal defensor e modelo da democracia liberal, os EUA, está sucumbindo ao autoritarismo. O que aconteceu ?

Um primeiro ponto a se ressaltar é que o contexto e muitos dos acontecimentos políticos atuais não são um fenômeno totalmente novo e encontram paralelos diversos na história recente. Por outro lado, há também muitas características peculiares nos tempos de hoje que os tornam um conjunto único de tendências com desfecho totalmente imprevisível.

Seguindo na análise que Zakaria elaborou em 1997, um dos motivos identificados para que o voto democrático fosse direcionado a líderes iliberais e até antidemocráticos era a ausência de instituições liberais fortes (como um judiciário independente e organizações civis atuantes) capazes garantir o respeito aos valores liberais pelas forças centralizadoras oriundas da manipulação de massa.

O liberalismo constitucional visa a limitação do poder, já a democracia busca a concentração e uso do poder. Foi por este motivo que vários liberais dos séculos XVIII e XIX viram na democracia uma força que poderia restringir a liberdade. James Madison falava em [sua revista] "O Federalista" que o perigo da opressão numa democracia vinha da [imposição da] "maioria da comunidade". Tocqueville alertava para a "tirania da maioria" [...]^[32]

Ou seja, onde não há instituições maduras, efetivamente capazes de garantir os direitos individuais, legitimar a oposição não violenta e proteger as minorias, o desejo das massas pode se transformar em tirania para aqueles que discordam dele ou, pior ainda, são considerados incômodos ou ilegítimos por estes desígnios. É o que, de fato, acontecia em muitos dos países apontados por Zacharia em 1997. Entretanto, o que dizer desta explicação nos dias de hoje, quando os movimentos de extrema direita ganham cada vez mais preponderância política nos principais países da Europa (o maior bastião da institucionalidade civil no mundo) e os próprios EUA estão degenerado para o autoritarismo ?

Outro motivo levantado no artigo, significativo para aquele momento de aceleradas transformações dos regimes políticos seguindo o modelo ocidental (os EUA de 1997),



Alemanha, 2024: "Lute contra o Estado racista, seus soldados e a supremacia branca!", "A cidade é nossa!", "Contra o movimento fascista em Göttingen e em todos os lugares!" Manifestação contra as políticas do partido alemão neonazista "Alternatif für Deutschland" (AfD) na cidade de Göttingen, região central do país^[33]. Em 2025, após as eleições gerais de fevereiro, o AfD conquistou 20% das cadeiras no parlamento alemão, desestabilizando a coalização de centro-direita, liderada por Friedrich Merz, que governava o país^[34].

foi a pressão internacional pela adoção de um modelo procedural de democracia por parte de países pouco organizados ou afeitos à cultura ocidental, ou seja, a mera instituição de eleições em detrimento da efetiva construção e valorização das referidas instituições liberais já citadas anteriormente. Novamente, um equívoco claro naquele momento, mas uma explicação que também não resistiu ao teste do tempo diante da crescente influência hodierna de líderes autoritários entre os países mais ricos e bem organizados do mundo.

Por fim, a única causa identificada por Zacharia neste artigo para o crescimento do iliberalismo que se mantém válida até hoje e que está na essência das políticas econômicas liberais associadas à globalização, é o próprio liberalismo na sua versão mais extremada, ou seja, o neoliberalismo.

As exigências fiscais impostas aos países mais pobres pelos organismos financeiros internacionais visando garantir a rentabilidade dos seus ativos financeiros, estimula o autoritarismo em líderes que precisam agir contra as necessidades e interesses da população

visando garantir a concentração de capital nas diminutas parcelas mais ricas da sociedade e impedem, desta forma, o fortalecimento de instituições efetivas na defesa dos direitos da população, além de impedir a implementação de políticas efetivas de responsabilidade social. Em outras palavras, a defesa dos interesses dos grandes investidores e das grandes instituições financeiras sediadas nos países ricos, agindo contra os interesses das populações nos países mais pobres, gera políticos e políticas autoritárias, além de instituições incapazes de contrabalançar este poder.

Há cerca de 50 anos atrás [quando prevaleciam as políticas econômicas keynesianas], políticos nos países em desenvolvimento buscavam poderes extraordinários [para agir contra os interesses de elites rurais] e implementar as políticas econômicas em voga naquele tempo, como a nacionalização das indústrias [por exemplo, Vargas aqui no Brasil]. Hoje os seus sucessores buscam o mesmo tipo de poder para privatizar estas mesmas indústrias [seguindo as políticas econômicas neoliberais atuais] [...] Instituições internacionais de financiamento como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial são simpáticas a essas iniciativas e o mercado financeiro tem reagido de maneira extremamente positiva. Entretanto, excetuando situações excepcionais como a guerra, meios iliberais são incompatíveis com fins liberais [...] ^[35]

A pressão do sistema financeiro internacional e da ideologia neoliberal, gerando pobreza e destruindo o poder aquisitivo da classe média, é, em última instância, uma força agindo contra os valores liberais, inviabilizando, desta forma, o desenvolvimento da democracia liberal para fomentar ditaduras e autoritarismos diversos.

Esta explicação reforça a análise inicialmente desenvolvida sobre a importância da classe média e do bem estar social para a existência efetiva de uma democracia liberal e, embora limitada, aponta de maneira clara para as consequências do aumento da desigualdade não somente dentro de determinados países mas, também, entre países diversos em meio ao cenário internacional.

Entretanto, a imposição financeira dos países ricos sobre os países pobres não explica a derrocada democrática e o surgimento do autoritarismo nos próprios países ricos. Para isso, precisaremos ir além deste artigo seminal de Zakaria.

Conclusão

A ideia de iliberalismo na análise desenvolvida por Zakaria em 1997 a partir de parâmetros eminentemente político-estruturais e institucionais é coerente com a época em que foi publicada mas, em sua maior parte, não resistiu ao teste do tempo. A expansão

crescente dos movimentos e regimes iliberais no mundo de hoje demanda explicações mais consistentes com o contexto social e a peculiaridade do momento econômico que vivemos.

O reconhecimento do aumento da desigualdade e do retrocesso da classe média como um moto desestabilizador das estruturas sociais que sustentam a democracia liberal, conforme apresentado no artigo da OECD^[1], pode representar um caminho explicativo mais coerente



EUA, 2021: Invasão do Capitólio por militantes de extrema direita^[36]. Atendendo ao chamado de Donald Trump para um numa tentativa fracassada de autogolpe visando se manter no poder após a derrota para Joe Biden na campanha presidencial de 2020, milhares de manifestantes invadiram a sessão do Congresso que confirmava os resultados da eleição^[37]. Cinco pessoas morreram no dia da invasão, incluindo um policial que defendia a entrada do prédio, e 140 policiais ficaram feridos, vários deles gravemente devido à violência dos fanáticos^[38].

com a realidade empírica. Neste sentido, destaca-se a análise realizada por Thomas Piketty na sua obra prima, "O Capital no Século XXI", onde o autor afirma que o retorno financeiro sobre o capital (mercado de ações) tem sido maior do que o crescimento econômico dos setores produtivos^[39], o que é coerente com a altíssima concentração atual de renda nos mercados financeiros internacionais e os elevados níveis de desigualdade que temos constatado, alimentando, assim, a instabilidade social no mundo e, consequentemente, a deterioração da política.

Neste sentido, o próprio Zakaria, numa entrevista mais recente, continua apontando os efeitos do neoliberalismo sobre as instituições liberais para explicar, inclusive, a ascensão do autoritarismo nos EUA. Diz ele:

[...] A maioria das associações profissionais foram precarizadas pelo mercado, [hoje] todas elas se tornaram negócios altamente competitivos. Seja a associação médica, a associação dos advogados ou qualquer outra, elas não são mais orientadas por padrões profissionais de qualidade, somente em raríssimos casos. Em sua grande maioria, as associações civis se tornaram empreendedores. Toda a sociedade, num sentido mais amplo, tornou-se empreendedora.

E por que isto é ruim ? Bem, empreendedores são muito competentes ao perseguirem os seus próprios interesses de curto prazo. Entretanto, quem está olhando para os interesses da sociedade da mesma maneira que Hamilton, Madison ou Tocqueville acreditavam ser importante ? Não está mais claro quem ou o quê realiza este papel [no contexto atual] ^[40].

Ou seja, lembrando os fundadores dos EUA e o conceito de "interesse bem compreendido" do pensador francês Alexis de Tocqueville, Zakaria contrapõe o exercício do interesse pessoal, privado, à manutenção do interesse público, coletivo, para lembrar que, se é importante cuidar dos interesses pessoais, também é igualmente importante cuidar dos interesses coletivos num país que se pretende grande e poderoso. Mas no contexto atual estadunidense onde todos, incluindo a sociedade civil, as duas casas legislativas e o próprio presidente, demonstram preocupar-se somente com o enriquecimento próprio, quem estará cuidando do país (e do futuro coletivo) ?

O raciocínio vai de encontro ao pensamento de outro teórico político, Norberto Bobbio, ao falar dos muitos problemas que envolvem a prática democrática:

[...] creio ser útil precisar melhor que, daquelas promessas não cumpridas, a sobrevivência do poder invisível [falta de transparência nas decisões públicas], a permanência das oligarquias [forças privilegiadas contra os interesses populares], a supressão dos corpos intermediários [instituições civis], a revanche da representação dos interesses [conflitos entre interesses públicos e privados], a participação interrompida [desinteresse do eleitor], o cidadão não educado (ou mal educado) [incapaz de debater equilibrada e racionalmente as questões públicas], algumas não podiam ser objetivamente cumpridas e eram desde o início ilusões; outras eram, mais que promessas, esperanças mal respondidas, e outras, por fim, acabaram por se chocar contra obstáculos imprevistos. Todas são situações a partir das quais não se pode falar precisamente em "degeneração" da democracia, mas sim de adaptação natural dos princípios abstratos à realidade ou de inevitável contaminação da teoria quando forçada a submeter-se às exigências da prática ^[41].

Seria a democracia capaz de se adaptar a estes tempos em que a miopia da maximização do lucro e o hiperindividualismo neoliberal se sobrepõem a todo e qualquer projeto de coletividade na mesma medida em que os interesses especulativos financeiros internacionais controlam países e presidentes ?

Quem responde é o próprio Zakaria:

Nós estamos descobrindo que os políticos autoritários conseguiram encontrar um equilíbrio entre liberalismo e iliberalismo capaz de manter as pessoas satisfeitas. Se eles conseguirem oferecer pão e circo suficiente ao público, eles conseguirão manter uma maioria estável assegurada por um certo nível de repressão na imprensa e na oposição política. E nós devemos contar com a possibilidade deste modelo se tornar a alternativa mais estável à democracia liberal^[42].

* Claudio de Farias Augusto é Professor do GCP/UFF e doutor em Ciência Política pela USP

* Paulo C G dos Santos Jr é doutorando em Ciência Política pelo PPGCP-UFF.

Referências e Notas

1. OECD. **Under Pressure: The Squeezed Middle Class**. OECD Publishing, Paris, 2019. pg 21. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/2019/05/under-pressure-the-squeezed-middle-class_f3fa7167.html. Acesso em: 05 abr 2025.
2. DOWBOR, Ladislau. A financeirização está gerando desigualdade a níveis aberrantes. **Opera Mundi**, 25 jan. 2020. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/ladislau-dowbor-a-financeirizacao-esta-gerando-desigualdade-a-niveis-aberrantes/>. Acesso em: 06 abr 2025.
3. SHERMAN, Arloc et al. A Guide to Statistics on Historical Trends in Income Inequality. **Center on Budget and Policy Priorities**, Washington D.C., 11 dez. 2024. figure 1. Disponível em: <https://www.cbpp.org/research/poverty-and-inequality/a-guide-to-statistics-on-historical-trends-in-income-inequality>. Acesso em: 06 abr. 2025.
4. CANCIAN, Renato. Estado do bem-estar social - História e crise do welfare state. **OUL Educação**, c2025. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm>. Acesso em: 06 abr. 2025.
5. MOREIRA, Eduardo. Corporações, governo, povo: quem manda e quem obedece na economia brasileira. **Opera Mundi**, 26 out. 2023. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/corporacoes-governo-povo-quem-manda-e-quem-obedece-na-economia-brasileira/>. Acesso em: 07 abr. 2025.
6. WOLIN, Sheldon A. **Democracy Incorporated: Managed Democracy and the Specter of Inverted Totalitarianism**. Princeton: Princeton University, 2010.
7. "[...] Updated calculations by the JEC Democrats find that **average** U.S. wages and salaries grew by over \$17,600 between January 2021 and July 2024 [...]", grifo nosso. Fonte: Joint Economic Committee. **Incomes Are Rising Faster Than Prices Throughout the Country**. 05 set. 2024. Disponível em: <https://www.jec.senate.gov/public/index.cfm/democrats/2024/9/incomes-are-rising-faster-than-prices-throughout-the-country>. Acesso em: 06 abr. 2025.
8. BUCHHOLZ, Katharina. Who's Feeling the Cost-of-Living Crunch? **Statista**, 10 fev. 2025. Disponível em: <https://www.statista.com/chart/33906/cost-of-living-gci/>. Acesso em: 05 abr. 2025.
9. OECD. **Organisation for Economic Co-operation and Development**. 04 nov. 2022. Disponível em: https://knowledge4policy.ec.europa.eu/organisation/oecd-organisation-economic-co-operation-development_en. Acesso em: 06 abr. 2025.
10. GASPAR, Ricardo C. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Caderno Metrópolis**, São Paulo, v.17, n.33, maio 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/rbnKdf7jR6gT3mLbcQmNgKG/>. Acesso em: 07 abr. 2025.

11. Tradução nosso, do original: " Among middle-class households, there is now a growing discontent with economic conditions. In this context, the stagnation of middle-class living standards in OECD countries has been accompanied in recent years by the emergence of new forms of nationalism, isolationism, populism and protectionism. Nationalistic and anti-globalization sentiments can arise because a shrinking middle class produces disillusionment and damages political engagement, or turns voters towards anti-establishment and protectionist policies. Political instability is an important channel through which a squeezed middle class may upset economic investment and growth"

OECD. **Under Pressure: The Squeezed Middle Class**. OECD Publishing, Paris, 2019. pg. 27.

12. Tradução nossa, do original: "The failures in politics and economics are related, and they reinforce each other. A political system that amplifies the voice of the wealthy provides ample opportunity for laws and regulations—and the administration of them—to be designed in ways that not only fail to protect the ordinary citizens against the wealthy but also further enrich the wealthy at the expense of the rest of society."

STIGLITZ, Joseph E. **The Price of Inequality: how today's divided society endangers our future**. New York: W.W. Norton & Company, 2012. pg. 14.

13. World Inequality Database. **Income Inequality, USA, 1900-2022**. c2025. Disponível em: <https://wid.world/country/usa/> Acesso em: 27 abr. 2025.

14. The Economist. Official economic forecasts for poor countries are too rosy. **The Economist**, 04 ago. 2020. Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2020/08/04/official-economic-forecasts-for-poor-countries-are-too-rosy> Acesso em: 02 mai. 2025.

15. The Economist. Economists had a dreadful 2023. **The Economist**, 20 dez. 2023. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2023/12/20/economists-had-a-dreadful-2023> Acesso em: 02 mai. 2025.

16. CUNHA, Lilian. Mercado errou 95% das previsões sobre economia e Bolsa desde 2021. **UOL**, 21 jan. 2025. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/01/25/mercado-erra-95-das-previsoes-sobre-economia-e-bolsa.htm> Acesso em: 02 mai. 2025.

17. Wikipedia. **Château de la Muette, view from the park, Paris, France**. 20 mar. 2019. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/OECD#/media/File:Ch%C3%A2teau_de_la_Muette,_Paris_20_March_2019_004.jpg Acesso em: 29 mai 2025.

18. LEIMGRUBER, Matthieu; SCHMELZER, Matthias. **The OECD and the International Political Economy Since 1948**. Cham: Springer, 2017.

19. OECD. **Divide We Stand: why Inequality Keeps Rising**, 2011. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/2011/12/divided-we-stand_g1g1483d.html Acesso em: 03 mai. 2025.

20. tradução nossa, do original: "A lack of wealth restricts families' opportunities to be productive in a variety of ways. It reduces their ability to invest in their children, to become homeowners and thereby participate in the financial rewards of improving their neighborhoods [...] a world in which many families have little or no wealth, and in which only limited educational opportunity is provided by the government, there is underinvestment in human capital."

ibidem, pg 100.

21. Wikipédia. Ficheiro:Rocinha - São Conrado.jpg. 21 mar. 2008. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rocinha_-_S%C3%A3o_Conrado.jpg Acesso em: 29 mai 2025.

22. tradução nossa, do original: "Men ceased to see the agrarian problem as a question of finding the best method of supporting people on the land and began to perceive it as the best way of investing capital in the land. They began to treat land more and more as something that could be bought and sold, used and abused, in a word like modern capitalist private property."

MOORE Jr, Barrington. **Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World**. Middlesex: Penguin, 1966. pg 8.

23. tradução nossa, do original: "Bürgerliche Öffentlichkeit läßt sich vorerst als die Sphäre der zum Publikum versammelten Privatleute begreifen; diese beanspruchen die obrigkeitlich reglementierte Öffentlichkeit alsbald gegen die öffentliche Gewalt selbst, um sich mit dieser über die allgemeinen Regeln des Verkehrs in der grundsätzlich privatisierten, aber öffentlich relevanten Sphäre des Warenverkehrs und der gesellschaftlichen Arbeit auseinanderzusetzen [...]"

HABERMAS, Jürgen. **Strukturwandel der Öffentlichkeit**: Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990. p.86.

24. WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume 2. São Paulo: UnB, 2004. pg 210.

25. Wikimedia Commons. **File:8. Lakasmenet 5.jpg**. 29 set. 2018. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:8._Lakasmenet_5.jpg Acesso em: 29 mai. 2025.

26. tradução nossa, do original: "[...] Where the old agrarian order was built around large landowners dependent on servile labor, a peaceful transition to democracy became particularly difficult. But in almost all cases the rise and growth of middle-class groups was critical to the spread of democracy. Democracy in the developed world became secure and stable as industrialization produced middle-class societies, that is, societies in which a significant majority of the population thought of themselves as middle class

FUKUYAMA, Francis. **Political Order and Political Decay**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2014. pg. 41.

27. Diario Critico Venezuela. Ejército egipcio derroca al presidente Mursi. 03 jul. 2013. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/89374726@N02/9203397383> Acesso em: 29 mai. 2025.

28. tradução nossa, do original: "[...] Democratically elected regimes, often ones that have been reelected or reaffirmed through referenda, are routinely ignoring constitutional limits on their power and depriving their citizens of basic rights and freedoms. From Peru to the Palestinian Authority, from Sierra Leone to Slovakia, from Pakistan to the Philippines, we see the rise of a disturbing phenomenon in international life— illiberal democracy"

ZAKARIA, Fareed. The Rise of Illiberal Democracy. **Foreign Affairs**, n. 76, nov/dez 1997. p.22-43.

29. ibidem. p.22.

30. ISKAKOVA, Karli. Protest of citizens of Budapest against whitewashing the role of Hungary in Holocaust. 04 jul. 2014. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/87498296@N05/14395018667> Acesso em: 29 mai. 2025.

31. FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. New York: Free Press, 1992.

32. ZAKARIA, 1997, p.30.

33. BMMEL, Hendrik. 240121 Anti AfD Demonstration. 21 jan. 2024. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/196050291@N08/53477693487> Acesso em: 29 mai. 2025.

34. ZEIER, Kristin; GRÜN, Gianna-Carina. German election results explained in graphics. Deutsch Welle, 27 fev. 2025. Disponível em: <https://www.dw.com/en/german-election-results-explained-in-graphics/a-71724186> Acesso em: 29 mai 2025.

35. ZAKARIA, 1997, p.33.

36. Wikipedia Commons. File:2021 storming of the United States Capitol DSC09254-2 (50820534063) (retouched).jpg. 06 jan. 2021. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=100214051> Acesso em: 29 mai 2025.

37 The Editorial Board. Trump Is to Blame for Capitol Attack. **The New York Times**, 06 jan. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/01/06/opinion/trump-capitol-dc-protests.html> Acesso em: 29 mai 2025.

38. SCHMIDT, Michael S.; BROADWATER, Luke. Officers' Injuries, Including Concussions, Show Scope of Violence at Capitol Riot. **The New York Times**, 11 fev. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/02/11/us/politics/capitol-riot-police-officer-injuries.html> Acesso em: 29 mai. 2025.

39. PIKETTY, Thomas. **Le capital au XXIe siècle**. Paris: Éditions de Seuil, 2013.

40. tradução nossa, do original: " Most of the professional associations have been eroded by the market; they're all highly competitive businesses. Whether it's the medical association or the lawyers associations or some other guild, they rarely set the professional standards anymore. They're all entrepreneurs now. Everyone, in a sense, has become an entrepreneur. Why is this bad? Well, entrepreneurs are great at looking out for their own narrow short-term interests. But who's going to look out for society's long-term interests in the way that a Hamilton or Madison or Tocqueville believed was so important? It's just not clear who or what plays this role anymore."

ILLING, Sean. Fareed Zakaria made a scary prediction about democracy in 1997 — and it's coming true. **Vox**, 04 jul. 2017. Disponível em: <https://www.vox.com/conversations/2017/1/18/14250364/democracy-liberalism-donald-trump-populism-fareed-zakaria-europe-fascism> Acesso em 13 mar. 2025.

41. BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.20.

42. tradução nossa, do original: "What we're learning is that authoritarian politicians have figured out how to achieve a balance between liberalism and illiberalism that keeps people satisfied. If they can give enough bread and circus to the public, they can maintain a stable working majority buttressed by a certain degree of repression of the press and political opposition. And we have to reckon with the possibility that this model might become the most stable alternative to liberal democracy."

ILLING, Vox, p. 13.

Apertem os cintos, o piloto sumiu !

O abandono do custo da hegemonia pelos EUA

Paulo C G dos Santos Jr.*

<https://doi.org/10.5281/zenodo.16907721>



Trump impondo ao mundo seu pacote unilateral de tarifas que contraria frontalmente as tradições e instituições de comércio internacional criadas e mantidas pelos próprios EUA desde o fim da Segunda Guerra Mundial^[1].

O desenvolvimento de determinadas tendências históricas que vêm se consolidando desde a década de 1970 e que se agravaram significativamente após a crise mundial de 2008 indicam que o projeto ideológico de poder do movimento MAGA liderado por Donald Trump, particularmente no que se refere ao abandono dos valores liberais na política interna, desprezo pelo multilateralismo no comércio internacional e controle do setor público pelos interesses do mercado financeiro, representa o fim da hegemonia estadunidense na maneira como a conhecemos durante o período da Guerra Fria, levando o mundo a um novo momento de crescente instabilidade e belicosidade.

Bem diferente da primeira vez que foi eleito, em 2016, quando possuía um controle limitado sobre o partido republicano e foi obrigado, um pouco mais adiante naquele governo, a lidar com a oposição democrata quando estes reconquistaram a maioria da câmara dos

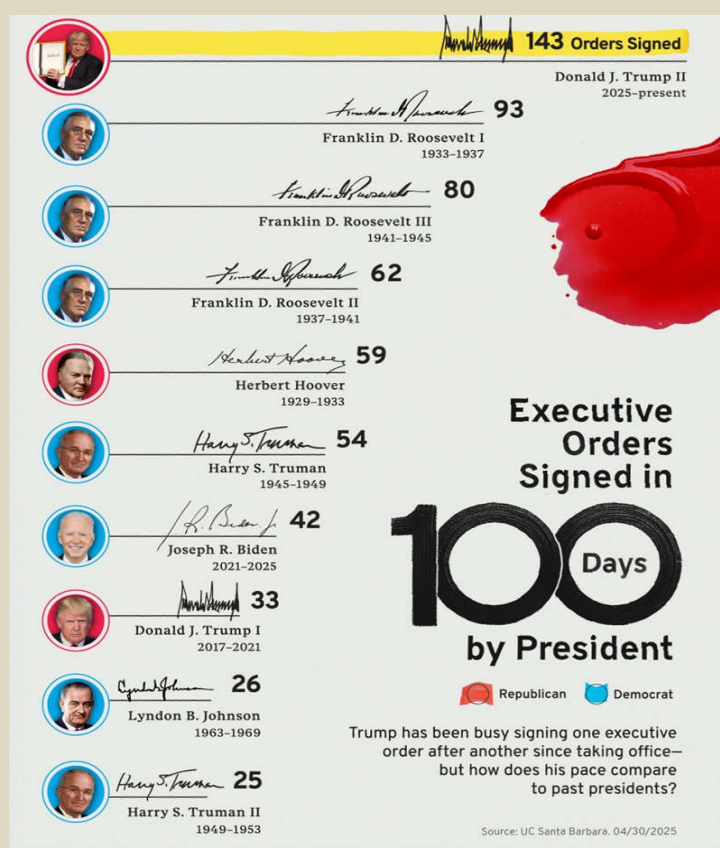
representantes (*U.S. House of Representatives*) nas eleições de meio de mandato, Donald Trump, em 2025, reina absoluto no seu segundo mandato para presidente dos EUA, tanto no partido republicano (onde se tornou um líder incontestável) quanto na ausência de oposição ao enorme número de "ordens do executivo" (*executive orders*: ato administrativo federal semelhante à "medida provisória" na lei brasileira) emitidas desde o seu primeiro dia de governo, quase todas agredindo frontalmente aos princípios liberais que orientaram a formação dos EUA e que embasam a ideologia do liberalismo de mercado defendido pelo país antes dos governos Trump.

Imediatamente após ser empossado como chefe do executivo, avançando para bem além da ominosa promessa feita ao seus eleitores ("Eu serei um ditador somente no primeiro dia"^[2]), Trump tem se mostrado claramente como um exemplo e, pior, uma radicalização súbita de várias tendências **iliberais** (autoritarismo de Estado) que vêm ganhando cada vez mais força e influência internacional neste período posterior à grande crise financeira de 2008.

Entre os princípios mais importantes e fundamentais da democracia liberal defendidos pelos EUA após o fim da Segunda Guerra Mundial estão a igualdade perante à lei, o respeito à constituição, a garantia dos direitos e liberdades individuais (liberdade de expressão, manifestação religiosa, privacidade, entre outros), a proteção das minorias contra possíveis excessos nas decisões políticas da maioria, eleições livres e honestas e um sistema de "pesos e contrapesos" (chamado de "*checks and balances*" nos EUA) que busca equilibrar os poderes federais (executivo, legislativo e judiciário) de maneira a evitar que qualquer um destes poderes controle, sozinho, a implementação das políticas públicas (ou seja, as decisões que afetam diretamente a população do país). O respeito à lei (constituição do país) por parte de todos, sem exceções, é o princípio básico que evita abusos e funciona como sustentação política deste sistema para instituir, assim, o chamado "Estado de direito"^[3]. Afirmo o teórico Norberto Bobbio, uma das grandes referências nesta área: "[...] O liberalismo é uma doutrina do Estado limitado tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções [...]"^[4]

Entretanto, caminhando no sentido diametralmente oposto a esta afirmação, em apenas poucos meses de exercício do segundo mandato, é impressionante como Donald Trump conseguiu violar todos os itens elencados anteriormente e outros mais: é o primeiro presidente estadunidense a assumir o cargo após estar envolvido em 88 ações criminais^[5] (tendo sido condenado em 34 delas^[6]) e que, de maneira clara e explícita, utiliza sua imunidade

presidencial (reafirmada recentemente pela "Suprema Corte" dos EUA^[7], o equivalente ao "Supremo Tribunal Federal" no Brasil) para fugir da justiça^{[8][9]}; o primeiro presidente (algo que nunca aconteceu de maneira tão contundente) a desrespeitar a constituição estadunidense de tantas e diferentes maneiras ao mesmo tempo^[10] que vão desde ignorar repetidamente as ordens do judiciário^[11] à perseguição indiscriminada e extradição de cidadãos americanos e estrangeiros sem permitir-lhes qualquer tipo de defesa^{[12][13]}. Trata-se de um presidente que construiu sua campanha sobre um discurso xenofóbico e racista contra imigrantes^[14] (numa clara violação dos princípios de defesa dos direitos individuais e de proteção das minorias), que tem renitentemente trabalhado para manipular o sistema eleitoral (violação do princípio democrático de eleições justas) de vários estados americanos com o claro objetivo de garantir a vitória de políticos fiéis à sua facção radical do partido republicano, o MAGA (*Make America Great Again*)^[15] e que publicou, logo nos seus primeiros 100 dias, um recorde absoluto de medidas do executivo sem qualquer tipo de discussão prévia nas casas legislativas conforme exigiria um trâmite democrático-representativo adequado.



Presidentes com maior quantidade de ordens executivas assinadas nos 100 primeiros dias de mandato. Infográfico elaborado pelo site *visual capitalist*^[22]

Além de todos esses abusos, em vários momentos de sua campanha, Donald Trump afirmou que buscava "vingança contra os inimigos"^[16] neste segundo mandato, com seus primeiros discursos como presidente oscilando entre contradições, hipérboles e a repetição *ad nauseam* de acusações a terceiros^{[17][18][19]}. Conforme destacamos no início do texto, nenhuma destas atitudes têm a ver com democracia ou liberalismo, muito pelo contrário.

Desde o início de seu novo governo, em 20 de janeiro de 2025, Trump já publicou 164 ordens executivas (contagem até 02 de julho^{[20][21]}), um tipo de recurso legal semelhante às "medidas provisórias" brasileiras e que permite ao presidente dos EUA impor mudanças à legislação federal sem precisar da aprovação no Congresso. Somente em seus 100 primeiros dias de governo, Trump publicou 143 ordens executivas, um recorde absoluto. É significativo ressaltar que nem mesmo Franklin D. Roosevelt, presidente que governou o país num período histórico de grandes crises, com um executivo de poderes ampliados para implementar emergencialmente o *New Deal* e organizar os esforços de guerra (Segunda Guerra Mundial), conseguiu chegar a um número tão grande de medidas excepcionais e unilaterais nos primeiros meses de seus quatro mandatos consecutivos.

A comparação entre estes dois presidentes, em termos de inédita concentração de poder no executivo, é particularmente significativa porque durante os mandatos de Roosevelt (quando foram emitidas 93 ordens executivas nos 100 primeiros dias de governo, vide infográfico na página 27) os EUA enfrentavam a "Grande Depressão" oriunda da crise de 1929: o sistema bancário estadunidense estava falido, a taxa de desemprego atingira mais de 25% e a produção industrial, pujante na década de 1920, caíra em poucos anos para a metade. O próprio Roosevelt, num pronunciamento de rádio para toda nação em 1932, justificou ao povo americano a necessidade de medidas extremas para combater a intensa penúria que atingia o país: "[...] Precisamos ter a coragem de admitir que estamos no meio de uma emergência que é, no mínimo, igual a uma guerra"^[23] Mais tarde, durante o pronunciamento de posse em 1933, foi além ao defender suas medidas energéticas:

Estou preparado, de acordo com **o meu dever constitucional**, para recomendar as medidas que uma nação devastada, em meio a um mundo também devastado, possa exigir. Essas medidas, ou outras medidas que o Congresso vier a elaborar com base na sua experiência e sabedoria, procurarei, **a partir da minha autoridade constitucional**, levar à rápida realização. Mas, no caso de o Congresso não adotá-las, e no caso de a emergência nacional continuar a se mostrar crítica, não me furtarei ao claro cumprimento do meu dever que então se apresentará. **Pedirei ao Congresso** o único instrumento restante para enfrentar a crise - o amplo poder executivo para travar uma guerra contra a emergência, tão grande quanto o poder que me seria dado se estivéssemos de fato sendo invadidos por um inimigo estrangeiro^[24] (grifo nosso).

Do ponto de vista do Constitucionalismo Liberal e do Estado de Direito, é importante sublinhar a anomalia na qual se constitui um executivo hipertrofiado, sobrepondo-se aos outros poderes federais (legislativo e judiciário) cuja existência, entre outros motivos relevantes, busca exatamente evitar esse tipo de comportamento abusivo. Tal situação só seria admissível num regime democrático liberal (com a devida autorização do Congresso) durante momentos excepcionais e de grande necessidade na história de um país, como estes que Roosevelt foi obrigado a enfrentar devido à conjuntura internacional daquela época.

Franklin D Roosevelt, durante a "Grande Depressão" e a Segunda Guerra Mundial, foi obrigado a invocar poderes excepcionais do executivo para garantir a agilidade necessária às iniciativas governamentais e, desta forma, tentar superar uma emergência econômica, militar e social, visando, desta forma, conduzir o país (e o mundo, dada a centralidade econômica dos EUA já naquela época) de volta à normalidade. Donald Trump, ao que tudo indica até o momento, está fazendo exatamente o contrário: tirando o país (e o mundo) de uma situação de relativa estabilidade internacional para jogá-lo numa emergência econômica, militar e social !

Mais ainda: se considerarmos que o governo imediatamente anterior a este segundo mandato de Trump, o de Joe Biden, foi obrigado a enfrentar a crise da pandemia, emergência



Protesto contra a política de desmonte das agências públicas realizada por Trump e Elon Musk^[25]

responsável por uma enorme desaceleração econômica mundial em meio a severas restrições à movimentação de pessoas e mercadorias causadas pelo covid-19, poderemos notar que, apesar do contexto de urgência econômica e sanitária, Biden não publicou uma quantidade excepcional de ordens executivas nos seus 100 primeiros dias (vide infográfico na página 27) e terminou seu mandato deixando os EUA em condições que podem ser consideradas economicamente satisfatórias: o PIB dos EUA cresceu 12.6% nos quatro anos de governo (acima das previsões), a taxa de desemprego diminuiu para percentuais menores do que os de antes da pandemia (com o país se recuperando da crise sanitária através de uma rápida intensificação do comércio online); houve ampliação na assistência médica pública e redução na taxa de crimes, entre outras melhorias. Nos aspectos negativos, por outro lado, a inflação aumentou muito, afetando em especial o preço da gasolina e atingindo um pico de 46% em julho de 2024, fazendo com que o poder aquisitivo da classe média megulhasse na tendência de queda que já estava acentuada nos anos anteriores^[26]. Embora, para o cidadão americano médio, o contexto social e econômico não fosse muito positivo no governo de Biden por causa da inflação alta (para os padrões estadunidenses), a situação ainda estava muito longe de ser considerada uma calamidade pública como a que Roosevelt enfrentou.

Se considerarmos a agressividade e a intensidade da desestruturação interna do país promovida pela pletora de ordens do executivo emitidas por Trump II^{[10][11][27]} (quando deixa bem claro seu desprezo pelo equilíbrio de poderes), o explícito e contínuo desrespeito à lei na perseguição de minorias^{[12][13][14]} (demonstrando seu total desinteresse pelo diálogo com setores relevantes da sociedade), o gigantesco desmonte das agências públicas (muitas delas ligadas a serviços essenciais para a população com poder aquisitivo baixo e médio)^{[25][30][31]}, seu constante discurso de ódio contra a imprensa^[28] (cuja função numa democracia é permitir que os eleitores tenham acesso a pontos de vista diversos sobre temas dos seus interesses para, assim, poderem votar de maneira consciente) e a flagrante incoerência nas suas medidas econômicas, condenadas por praticamente todas as análises especializadas mais sérias^[29] (o que sugere um interesse personalista nestas questões, totalmente distinto do interesse público), resta-nos claro que as motivações de Trump não podem ser encontradas numa lógica sensível ao bom senso democrático-liberal ou aos limites constitucionais do poder público. E menos ainda nos princípios mais básicos do liberalismo que fundou os EUA.

Entretanto, estendendo-se para além da impressionante quantidade de agressões à liberdade dos cidadãos estadunidenses impostas por este governo recém-inaugurado, o maior prejuízo para os EUA, oriundo do controle de Donald Trump e sua radicalizada facção MAGA sobre a Casa Branca, pode estar não na política local estadunidense, mas na sua

relação com o mundo, ou seja, na destruição da ordem internacional que tem garantido aos EUA, desde 1945, uma posição única e de extrema vantagem no comércio internacional.

O abandono do custo da hegemonia



Salão de reuniões da **Assembleia Geral** cuja sede permanente está localizada em Nova Iorque (desde 1952) e é um dos seis principais órgãos da ONU (Organização das Nações Unidas), criado logo após a Segunda Guerra Mundial com o propósito de manter a paz e a segurança internacionais através do incentivo à cooperação e o respeito aos princípios da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos. Sua primeira sessão (na sede temporária de Londres) aconteceu em 10 de janeiro de 1946 com a presença de todos os 51 países fundadores. O Brasil, representado pelo diplomata Oswaldo Aranha, foi o primeiro país a discursar^[32].

Diversos momentos marcantes da história recente podem ser utilizados para explicar a posição de destaque que os EUA ocupam hoje no mundo. Entretanto, o mais significativo para a consolidação da incontestável liderança comercial, política e militar deste país (exercida a partir da segunda parte do século XX) foi, sem dúvida, o final da Segunda Guerra Mundial.

A vitória das forças aliadas, liderada pelos EUA tanto na Europa quanto na Ásia, marcou a transição estadunidense para a condição de superpotência mundial sem rivais: a maior economia do mundo, a maior concentração de conhecimento científico e tecnológico que já existiu (devido aos cientistas e intelectuais europeus refugiados da guerra) e a maior força

militar do planeta, produzindo, logo nos primeiros anos do pós-guerra, quase metade de todo o PIB global: aproximadamente 2/3 dos produtos consumidos em todos os países do mundo e cerca da metade todo o aço, carvão e eletricidade comercializados no planeta eram estadunidenses^[33].

Ao terminar a guerra, o poderio dos Estados Unidos alcançou seu ponto mais alto, talvez o máximo. Não só fora o fator principal da vitória dos Aliados, mas, uma vez terminado o conflito, era o único a monopolizar a bomba atômica. Foi a única das grandes nações beligerantes a não sofrer danos de guerra, a não ser os das operações de ultramar e cujo desenvolvimento industrial e agrícola era maior do que antes de entrar no conflito. Calcula-se que, em 1948, desfrutava de 40% da renda mundial [...] Isso se refletia em seu próprio poderio militar, pois era a primeiro em aviação, forças terrestres e navais^[34].

Mais ainda, com as antigas potências da Europa devastadas pela guerra e as forças militares estadunidenses controlando o Pacífico e a Oceania, os EUA se tornaram uma liderança natural tendo em vista os esforços de reconstrução mundial. Neste contexto, os EUA projetaram sobre o mundo um ideal político-econômico onde a democracia liberal (eleições livres, estado de direito e liberdades civis) seria o regime político predominante e o livre mercado (pouca ou nenhuma regulamentação na comercialização de mercadorias, ou seja, preços definidos somente pela oferta e procura) seria o sistema econômico que orientaria o comércio internacional.

A preparação para um pós-guerra apoiado no poder econômico estadunidense começou antes mesmo do fim dos conflitos. Após o sucesso da invasão da Normandia (o famoso "Dia D") em junho de 1944 e com o avanço contínuo das forças aliadas contra um exército já bastante depauperado de Hitler na Europa, tornou-se claro aos líderes ocidentais que a vitória estava próxima e, portanto, era o momento de se pensar no porvir diante de um cenário completamente catastrófico: ao longo de toda a Europa, cidades, fábricas, estradas, linhas ferroviárias e portos estavam em ruínas, severamente bombardeados ou inteiramente destruídos. Os danos na infraestrutura de países como Alemanha, França, Polônia, Itália e Rússia eram tão extensos que o retorno da população à normalidade seria impossível sob tais condições. Devido a uma destruição sem precedentes, a capacidade industrial do Continente Europeu despencou, retrocedendo várias décadas, o que era ainda mais agravado pelo fato de que a maioria das indústrias restantes havia sido modificada para atender às necessidades da guerra e necessitariam de grandes investimentos para voltarem a ser úteis em

atividades construtivas. Milhões de pessoas, a maioria civis fugindo dos conflitos, espalhadas por áreas rurais e urbanas, aglomeradas junto a gigantescos contingentes de feridos e prisioneiros de guerra, estavam refugiados em campos improvisados e abrigos, sem moradia adequada, passando fome e sobrevivendo em condições extremamente precárias.



Vista aérea de um dos grandes centros urbanos da Alemanha, a cidade de Colônia, em 1945^[36].

A morte de adultos e crianças por desnutrição, frio e doenças diversas era comum. Os bancos centrais e as reservas financeiras europeias estavam exauridas pelo esforço de guerra e praticamente toda a Europa havia contraído enormes dívidas com um único país: os EUA^[35]

Como não havia qualquer referência válida para o valor das moedas durante a guerra, todas as compras e débitos das nações europeias com os EUA foram contratados em ouro, de tal maneira que, em 1945, estima-se que o grande credor da Segunda Guerra Mundial havia acumulado em seus cofres cerca de 2/3 de todo o ouro do mundo. Diante de tamanha disparidade de poder econômico, já em julho de 1944 (quase um ano antes do fim da guerra na Europa), uma conferência na cidade de Bretton Woods, estado de New Hampshire, EUA, contando com delegados de 44 nações aliadas, definiu as bases econômicas da nova ordem

mundial: as moedas de todos os países passariam a ser cotadas em relação ao dólar americano que, por sua vez, teria seu valor apoiado no ouro em posse dos EUA. E para garantir o funcionamento deste novo sistema, instituições internacionais específicas foram criadas: o Banco Mundial com a função de fornecer empréstimos de longo prazo para a reconstrução em países amigos e o Fundo Monetário Internacional para fiscalizar as taxas de conversão entre moedas, fornecer empréstimos de curto prazo e promover a cooperação financeira entre as nações^[37].

Cerca de um ano depois, em 26 de junho de 1945, antes mesmo da capitulação do Japão, aconteceu a assinatura da Carta das Nações Unidas, criando a maior instituição internacional multilateral do mundo que posteriormente seria sediada em Nova Iorque, composta por todas as nações amigas (dos EUA) com o propósito de manter a paz e a segurança internacionais através da promoção do respeito à soberania e da diplomacia. Entretanto, apesar do notável simbolismo, valorização da cooperação e do diálogo projetado pela ONU, as instituições criadas naquele momento de extrema penúria europeia, na verdade, tinham um único propósito: facilitar a mobilização de ajuda financeira estadunidense (através de mais empréstimos).

Um outro aspecto [de grande importância] da política externa estadunidense no início do pós-guerra foram as instituições internacionais que os americanos ajudaram a criar e cujo sucesso todos sinceramente desejavam. Dentre estas, as Nações Unidas, cuja carta foi ratificada em 24 de outubro de 1945 e cuja primeira assembleia geral aconteceu em 1946 é obviamente a mais conhecida. Entretanto, eram as agências financeiras e econômicas ligadas ao acordo de Bretton Woods que, talvez, mais importavam para as políticas públicas [emergenciais] daquele tempo^[38].

Por fim, visando contrabalançar o poder militar da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), país transcontinental formado pela expansão da Revolução Socialista Russa para a Ásia e cuja ideologia marxista rivalizava com o liberalismo, os EUA, Canadá e mais dez países europeus criam a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em 4 de abril de 1949. O princípio básico estabelecido na sua fundação foi um pacto de defesa mútua unindo a Europa (totalmente dependente dos investimentos estadunidenses) e os EUA: um ataque contra qualquer um destes países seria o mesmo que um ataque a todos^[39]. Da mesma maneira que as outras instituições internacionais formadas nesta época, a OTAN era, acima de tudo, uma forma de assegurar um ambiente propício aos negócios estadunidenses tendo em vista possíveis instabilidades futuras no contexto internacional do pós-guerra.

Conforme afirmou seu primeiro secretário geral ao assumir em 1952, Lord Ismay, numa frase que se tornou icônica: a função da OTAN era "manter os russos fora [da Europa], os americanos dentro [da Europa] e os Alemães sob controle"^[40].

[...] A originalidade do tratado não estava muito no que ele poderia alcançar [em termos militares], mas no que ele representava [para a época]: tal qual o plano Marshall - e o tratado de Bruxelas do qual ele se originou - a OTAN ilustrava a mais importante mudança ocorrida na Europa (e nos EUA) como consequência da guerra: um desejo de compartilhar informações e cooperar em termos de defesa, segurança, comércio, regulação de moedas e muito mais [...]^[41]



Sede do Banco Mundial em Washington, DC^[42]

Foi sobre o funcionamento destas instituições criadas para disciplinar e orientar o comércio internacional no alvorecer do mundo pós-1945 que os EUA apoiaram a sua hegemonia sobre o bloco de países ocidentais, ou seja, sua posição de domínio sobre os processos que definem a política internacional, os fluxos comerciais e seus respectivos desenvolvimentos ao redor do mundo, sob constante vigilância da sua supremacia militar.

Aproveitando-se da condição de líder incontestável para o Ocidente, os EUA sempre se beneficiaram muito das instituições que eles mesmos fundaram e que têm utilizado, desde

então, para exercer poder no cenário internacional através de um liberalismo econômico conveniente, ou seja, através de acordos comerciais que costumam se revelar extremamente favoráveis aos interesses e às empresas estadunidenses^[43].

[...] um aspecto bem claro e fundamental da hegemonia estadunidense tem sido o seu domínio das instituições internacionais. Levantando-se da Segunda Guerra Mundial com uma esmagadora superioridade sobre os outros países, os EUA utilizaram sua posição privilegiada para construir uma ordem mundial nova e sem precedentes, capaz de refletir e reforçar esta primazia [...]^[44]

Entretanto, importante ressaltar, seria leviano afirmar que as instituições internacionais surgidas nesta época foram meros fantoches dos interesses estadunidenses. Diferente do imperialismo e do autoritarismo que levaram às duas guerras mundiais, o domínio estadunidense pós-1945 foi exercido de maneira controlada, majoritariamente através de uma posição comercial privilegiada. A decisão de construir uma nova ordem sobre os princípios liberais refletidos em instituições baseadas no diálogo e no concertamento gerou um momento inédito no sistema internacional: um longo período no qual o grande vencedor abdica de exercer sua hegemonia de maneira tirânica (através das armas e da violência) para fazê-lo através do diálogo e da negociação, ou seja, limitando o próprio poder, ao menos em parte, para favorecer um modelo econômico idealizado.

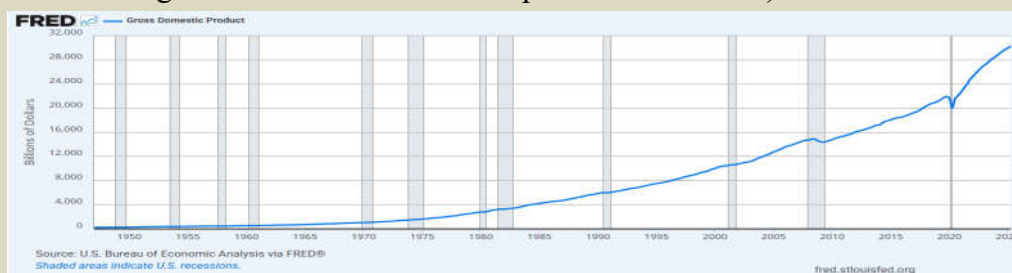
[...] ao negociar os termos da ordem mundial no pós-guerra, os EUA, seus aliados e rivais buscaram, cada um deles, proteger e ampliar seus interesses nacionais, mas decidiram fazê-lo de uma maneira que envolvesse tanto compromisso comum e colaboração quanto interesse próprio e competição^[45]

Mas há um aspecto importante a ser considerado: uma vez que a ordem mundial estabelecida no pós-1945 estava apoiada numa vantagem comercial desproporcional que os EUA haviam conquistado com a guerra, se esta primazia nas negociações comerciais, por algum motivo, fosse comprometida ou deixasse de existir, a atitude dos EUA perante aos outros países e às instituições internacionais tenderia a mudar.

Em outras palavras: o custo da hegemonia, ou seja, o custo que os EUA assumiam para manter, administrar e financiar tantas e tão diversificadas instituições internacionais só se justificaria enquanto estas atendessem ao seu objetivo maior: beneficiar aos EUA. Sem a larga vantagem comercial que lhes proporcionava um poder econômico sem igual no mundo, as instituições internacionais perderiam, para os EUA, o motivo de existirem.

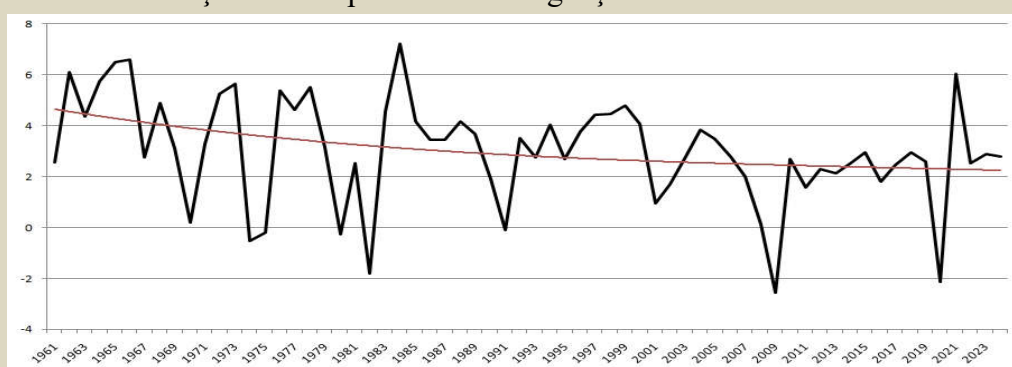
Neste sentido dois aspectos econômicos devem ser ressaltados. Embora o crescimento

do PIB estadunidense (em valores absolutos) tenha se mantido de maneira consistente desde 1945, sendo interrompido somente em momentos pontuais de grandes crises mundiais (particularmente a grande recessão de 2008 e a pandemia em 2020):



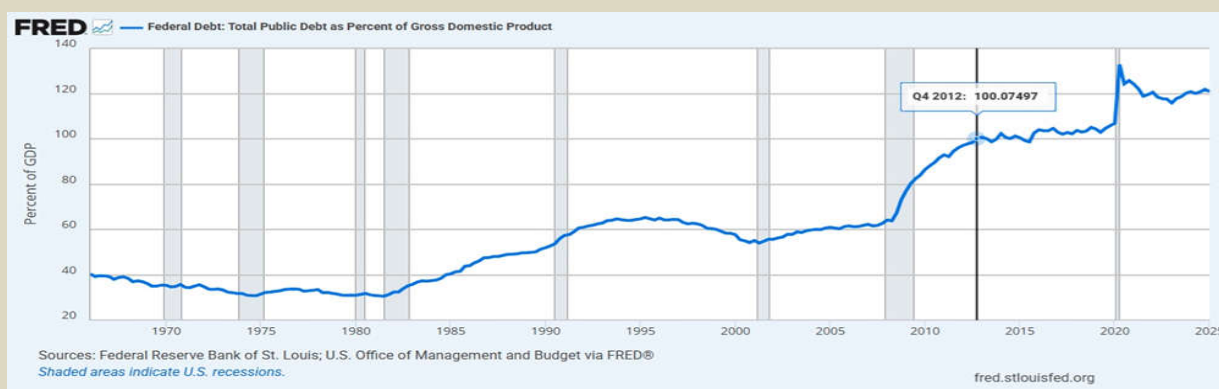
Histórico do PIB estadunidense em valores absolutos desde 1945 (bilhões de dólares)^[46]

A **taxa de crescimento do PIB**, ou seja, quanto o valor absoluto de um ano aumenta em relação ao ano anterior, vem caindo desde a década de 1960 de uma média superior a 4% a cerca de 2%, o que indica uma tendência gradual mas bastante consistente da economia estadunidense em direção a taxas próximas à estagnação:



Taxa de crescimento do PIB estadunidense, a linha vermelha (regressão polinomial de grau 3) indica a consistente tendência de queda no período^[47].

Esta redução na taxa de crescimento do PIB é agravada por um **rápido crescimento no débito público**, particularmente após a brutal injeção de recursos públicos no setor financeiro em 2008, fazendo com que o total da dívida pública superasse o PIB em 2012 para se manter em torno de 120% atualmente.



Percentual do débito público total estadunidense em relação ao PIB (superou os 100% em 2012)^[48]

Ou seja: há claros sinais de que o poder econômico estadunidense enfrenta um momento limite, principalmente se considerarmos a posição que a economia chinesa tem ocupado na economia mundial. Esta percepção, aliada ao domínio que os interesses dos mercados financeiros conquistaram sobre as políticas públicas dos EUA e a superconcentração de renda nas elites estadunidenses acumulada nestas últimas décadas (vide artigo sobre iliberalismo), pode ajudar a explicar as tendências políticas que temos observado.

Seria o iliberalismo de Trump a reação de uma elite superprivilegiada a um contexto internacional cada vez mais desfavorável ?

A nova ordem mundial: democracia iliberal e hegemonia coercitiva



"Paz pela força", Donald Trump discursa para os militares estadunidenses alocados na base de Al Udeid, no Qatar, em 15 de maio de 2017^[49].

O abandono súbito e autoritário dos valores liberais no contexto interno da política estadunidense por Trump II foi acompanhado de igual movimento na política internacional.

Altamente impactante para a economia global (porque os EUA consomem cerca de 1/4 de toda a produção mundial de bens) e pela maneira inesperada e unilateral com que foi

anunciado (sem qualquer tipo de discussão prévia com os países envolvidos), isso sem falar na metodologia inconsistente e a postura errática com que tem sido conduzido (constantes postergações e redefinições nas absurdas sobretaxas impostas), o "tarifaço" de Donald Trump é visto como um divisor de águas histórico na política externa estadunidense e, mais ainda, como uma virada radical nas atitudes deste país perante o mundo. As opiniões especializadas têm oscilado entre o escárnio e a incredulidade em face ao caos instaurado^[50]. Afirmam a prestigiada revista "The Economist" no artigo de abertura de sua edição de 31 de maio de 2025:

Sempre considerada como um abrigo [financeiro] em tempos difíceis, a América se transformou, ela mesma, numa fonte de instabilidade [mundial]. A lista de ansiedades é longa. O débito governamental está crescendo a passos alarmantes. A política comercial foi tomada de assalto por conflitos legais e incertezas. Donald Trump está atacando as instituições deste país. Investidores estrangeiros estão nervosos e o dólar caiu [...] Trump está acelerando a próxima crise financeira ao causar estragos no comércio, subverter os compromissos globais do país e, acima de tudo, prolongar a farra de empréstimos governamentais [...]^[51]

Por outro lado, ao mesmo tempo em que os indicadores econômicos disparam repetidos alarmes para a condução das contas públicas estadunidenses, os interesses privados ligados às grandes carteiras de investimentos no mercado financeiro internacional comemoram percentuais recordes de rendimento. Da mesma maneira que as políticas de Trump, aparentemente erráticas, têm causado grandes quedas repentinas na bolsa estadunidense, para aqueles capazes de investir nos ativos em baixa, seguem-se altas históricas. Afirmam na sua coluna de 4 julho de 2025 o colunista especializado em finanças, Jeff Sommer, do New York Times:

[...] o índice S&P 500 [considerado um dos mais importantes indicadores de desempenho do mercado financeiro], que monitora os ativos de maior valor no mercado estadunidense, retornou 10.9 %, incluindo dividendos, para os três últimos meses até junho e 15.2% para os últimos 12 meses. Estas são excelentes taxas de retorno por qualquer índice de aferição, maiores até, por exemplo, do que a média anual de 10.5% de retorno acumulada pelo S&P 500 desde 1926 [...]^[52]

Até mesmo o investidor de pequeno porte, aplicando pequenos montantes através de administradoras ou fundos de renda fixa, ressalta este mesmo colunista, tem obtido bons retornos:

Carteiras de títulos de renda fixa ou carteiras diversificadas de baixo custo são o núcleo de investimentos para muitas pessoas. A empresa de análise de investimentos "Bespoke Investment Group" calculou que a carteira básica [de investimento] - contendo 60% de ações e 40% de títulos do governo estadunidenses - retornou 5.1% para a primeira metade do ano. Esta foi a quinta vez consecutiva que este tipo de aplicação atingiu pelo menos 5% na primeira metade de ano, a mais longa sequência desde 1975^[53]

Ou seja, para a reduzida parcela privilegiada da população, aquela que possui recursos financeiros suficientes para alocar grandes quantias em carteiras de ações, têm sido particularmente favoráveis esses tempos extremamente conturbados para o mundo e cada vez mais precários para a grande maioria da classe média.

Além disso, do ponto de vista da propaganda política extremista, independente de qualquer tipo de crítica que se faça e do quão incoerentes possam ser consideradas as políticas do atual governo estadunidense, é significativo sublinhar que as propostas de Trump são basicamente as mesmas desde 2016 e que, se não foram cumpridas na sua totalidade durante o primeiro mandato, isto se deveu à resistência interna estadunidense que, na época, ainda era muito forte. Agora em 2025, com plenos poderes (domínio total do partido republicano e das duas casas legislativas), apoiado pela Suprema Corte (cuja maioria conservadora reconheceu sua imunidade presidencial e a legitimidade de seus atos recentes), Trump continua consistente com suas metas iniciais que incluíam a perseguição e exportação em massa de imigrantes (continuação do "grande muro" separando os EUA e o México), a destruição de programas de assistência social ampla como o "Obamacare" (ou "Affordable Care Act" que visava reformar e ampliar o atendimento gratuito de saúde nos EUA), a extensão da isenção fiscal para os muito ricos (que já estava em níveis inéditos para os EUA no seu primeiro mandato) e ... A Renegociação completa de todos os acordos internacionais de livre comércio^[54].

A apertada aprovação do "One big beautiful bill" (o "belo e grande projeto único de lei" do partido republicano, majoritariamente concentrado na eliminação de taxas para os muito ricos) pelo Congresso e ratificado por Trump em meio ao simbolismo da data comemorativa da independência dos EUA (4 de julho), não só permitirá o pleno cumprimento das suas promessas mais antigas como irá ainda além ao direcionar largas fatias dos gastos públicos para a perseguição de imigrantes e para a ampliação da indústria militar nacional num pesado pacote financeiro que elevará os gastos governamentais em cerca de 4.5 trilhões de dólares

em 10 anos, montante que representa cerca de 16% do PIB estadunidense em 2023 (27.7 trilhões^[51]) e que, considerando a tendência de estagnação no crescimento deste índice (taxa de crescimento do PIB em torno de 2%^[46]), dificilmente será compensado no mesmo período, o que aumenta ainda mais a insegurança internacional com o futuro da economia dos EUA.

Este flagrante desrespeito, deliberado, contínuo e contundente do governo Trump para com os princípios econômicos e os valores políticos liberais que sempre garantiram a liderança dos EUA sobre o mundo pode parecer totalmente incoerente ou inconsequente se visto sob a ótica da antiga hegemonia estadunidense construída no pós-guerra. Entretanto, se visto a partir dos interesses do grande capital financeiro internacional que domina o mundo no pós-2008, sinaliza uma realidade que ainda estamos tentando compreender: a transição para uma nova ordem internacional bem distinta daquela que vigorou até o início do século XXI.

Neste sentido, estamos vivenciando um fenômeno que vai muito além do MAGA e da desmesurada centralização de poder pelo executivo do governo estadunidense atual através do culto à personalidade de Donald Trump. Trata-se, ao que tudo indica, do ápice de um processo gradual de transformação econômica em curso desde os anos 1970 e que recebeu um redobrado impulso após a crise mundial de 2008^[55].

Para entender esta afirmação, é preciso observar o desenvolvimento histórico de algumas das instituições-chave citadas na seção anterior, principalmente, Bretton Woods: o fim da conversibilidade do dólar em ouro anunciada por Richard Nixon em 15 de agosto 1971 e ocorrida, em grande parte, devido à inflação gerada pelos crescentes gastos com a guerra do Vietnã (agravados pela retração da economia mundial no final da década de 1960), representou o fim da arquitetura econômica pós-1945, esta que garantia a predominância da moeda estadunidense sobre os outros países do Ocidente^[56]. Embora o dólar americano ainda continuasse funcionando como uma moeda de referência para o comércio entre os países e como um refúgio contra instabilidades para os investidores, seu valor passou a ser determinado pelo mercado financeiro internacional dentro de um novo sistema de taxas flutuantes de conversão. Esta mudança enfraqueceu a influência direta estadunidense sobre o mundo e, ao longo das décadas de 1970 e 80, junto com as políticas neoliberais que se seguiriam, fez com que a economia dos EUA se tornasse cada vez mais dependente do sistema financeiro internacional.

Antes da década de 1980, os mercados financeiros dos EUA eram muito maiores do que qualquer outro mercado no mundo. Entretanto, desta década em diante, o domínio estadunidense desapareceu. O extraordinário crescimento dos mercados financeiros internacionais devido ao considerável aumento das poupanças em países estrangeiros como o Japão e a desregulamentação dos mercados financeiros mundiais [adoção de políticas neoliberais], permitiu aos mercados estrangeiros a expansão das suas atividades. As empresas e bancos estadunidenses recorrem hoje, constantemente, aos mercados de capitais internacionais para captar fundos e os investidores americanos procuram oportunidades de investimento no exterior. Do mesmo modo, as empresas e os bancos de outros países obtêm fundos dos americanos, de maneira que os estrangeiros se tornaram investidores importantes nos Estados Unidos [...]^[57]

Paralelamente à redução na influência econômica, os EUA passaram, cada vez mais, a agir de maneira unilateral perante aos outros países, ignorando a ONU e as outras instituições internacionais voltadas à mediação e à resolução de conflitos, tanto econômicos quanto militares. Um primeiro movimento significativo neste sentido e que causou forte impacto na economia mundial foi o próprio anúncio do fim da conversibilidade dólar-ouro em 1971 (o fim de Bretton Woods ou "Choque Nixon"), uma medida que violou vários acordos internacionais de comércio (na época realizados através do GATT) e que não teve qualquer tipo de discussão prévia nos órgãos internacionais^[58]. Pouco depois, o "trade act of 1974", aprovado pelo Congresso, garantiu ao executivo estadunidense a possibilidade de definir ou retaliar tarifas internacionais unilateralmente, à revelia dos órgãos internacionais^[59]. Em 1979 um regime de sanções foi imposto unilateralmente ao Irã, logo após a revolução que levou o Aiatolá Khomeini ao poder^[60]. Em 1996, o embargo a Cuba foi reforçado sem qualquer tipo de consulta à comunidade internacional^[61] e nos anos seguintes, diversos regimes de sanções comerciais foram impostos de maneira unilateral a outros países como a Rússia (em 2014 após a invasão da Crimeia)^[62] e Venezuela (em 2015 e nos anos seguintes)^[63], entre outros. Finalmente, ao assumir em 2016, Trump passou a impor tarifas sem qualquer preocupação de negociação ou consulta prévia aos órgão mediadores internacionais^[64], até chegar à guerra tarifária em andamento nos dias de hoje.

No aspecto militar, diversas intervenções dos EUA aconteceram sem consulta prévia à ONU já durante o período da guerra fria, com variados níveis de apoio entre os países aliados, a maior parte delas visando a mudança de regime em países do terceiro mundo, realizadas de maneira encoberta pela CIA através de pequenas tropas ou forças especiais^[65]. Entretanto, após o fim da URSS as ações militares internacionais dos EUA ganharam um novo impulso em tamanho e quantidade com o emprego de largos efetivos e armamentos sofisticados, seja liderando coalizões internacionais com respaldo das Nações Unidas (como a

Guerra do Golfo em 1991), seja de maneira independente com ou sem apoio dos aliados, indo desde a realização de operações militares à revelia da ONU na Somália entre 1992-94 até a invasão do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003, durante a chamada "guerra preemptiva contra o terror"^[66]. Observando este histórico, é possível notar um claro crescendo de iniciativas militares unilaterais dos EUA acompanhando o consequente desprestígio da ONU como um mediador ativo dos conflitos internacionais.

Portanto, considerando a gradual redução no poder econômico desde o início da década de 1970 aliada a uma crescente tendência ao uso da força militar no cenário mundial para defender seus interesses, é possível enxergar o governo Trump como o fim deste processo de transição e o momento efetivo de ruptura em que os EUA substituem a postura de hegemonia comercial pela de hegemonia coercitiva, ou seja, o abandono completo da estratégia anterior de uso das instituições internacionais para projetar poder sobre o mundo em favor do uso explícito do seu poderio militar como apoio para a imposição comercial pura e simples.

Esta postura autoritária é reforçada e realimentada pela ideologia de extrema direita do MAGA que tem no personalismo de Trump o seu maior e mais poderoso representante^[67].

Ainda sobre a postura atual dos EUA perante à comunidade internacional, vale citar as palavras da analista internacional Fiona Hill que, possuindo dupla nacionalidade, britânica e estadunidense, PhD em história pela Universidade de Harvard com especialização em Rússia (onde realizou parte dos seus estudos) e tendo atuado como assessora de três presidentes estadunidenses (Bush, Obama e Trump no primeiro mandato) é uma das poucas pessoas no mundo a terem tido contato direto com dois dos principais líderes mundiais atuais: Donald Trump e Vladimir Putin^[68]. Sua posição de analista e articulista com profunda experiência prática internacional, permite-a uma visão privilegiada do que Trump e seu governo efetivamente representam para o mundo:

[...] Trump realmente assumiu [seu primeiro mandato] pensando que, como presidente, seria o equivalente a um monarca constitucional. Mas ele descobriu que a constituição estadunidense o limitava enormemente porque os membros do Congresso se viam como parte do governo, tinham poder legislativo efetivo [...] e, por isso, estavam em constante tensão com Trump [...] Ele, na verdade, queria destruir o Estado, as funções do Estado e as instituições do Estado. Ele queria, basicamente, criar uma corte em torno de si mesmo. E eu acho que agora [segundo mandato], Trump tem sido muito bem sucedido neste objetivo.

Eu penso que a melhor maneira de se enxergar Trump, quero dizer, considerando que o próximo ano é 250º aniversário da independência americana do império britânico, é pensar que nós fizemos um círculo completo do Rei George até o Rei Donald. Esta é a maneira como ele vê a si mesmo^[68].

* Paulo C G dos Santos Jr é doutorando em Ciência Política pela UFF

Notas e referências

1. Wikipedia Commons. **File:Trump showing a chart with reciprocal tariffs**. 02 abr. 2025. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Trump_showing_a_chart_with_reciprocal_tariffs.jpg Acesso em: 26 mai. 2025.
2. MICHAEL, Chris. Trump says he will be a dictator only on ‘day one’ if elected president. **The Guardian**, 06 dez. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2023/dec/06/donald-trump-sean-hannity-dictator-day-one-response-iowa-town-hall> Acesso em: 02 jun. 2025.
3. BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000. p.17-25
4. ibidem. p. 16.
5. BallotPedia. **Donald Trump indictments, 2023-2025**. c2025. Disponível em: https://ballotpedia.org/Donald_Trump_indictments,_2023-2025 Acesso em: 27 mai. 2025.
6. BallotPedia. **New York indictment**. c2025. Disponível em: https://ballotpedia.org/Donald_Trump_indictments,_2023-2025#New_York_indictment Acesso em: 27 mai. 2025.
7. "[...] Under our constitutional structure of separated powers, the nature of Presidential power entitles a former President to absolute immunity from criminal prosecution for actions within his conclusive and preclusive constitutional authority. And he is entitled to at least presumptive immunity from prosecution for all his official acts [...]"
- US government. Trump v. United States: Certiorari to the United States Court of Appeals for the district of Columbia Circuit. **Supreme Court of the United States**, out. 2023. Disponível em: https://www.supremecourt.gov/opinions/23pdf/23-939_e2pg.pdf Acesso em: 26 mai. 2025.
8. HALPERT, Madeline. Special counsel's last criminal case against Trump dismissed. **BBC**, 26 nov. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/c4gvd7kxxj5o> Acesso em: 27 mai. 2025.
9. ROBERTS, William. Federal criminal cases against Trump dismissed as US rule of law faces fresh tests. **International Bar Association**, 05 dez. 2024. Disponível em: <https://www.ibanet.org/trump-case-dismissed> Acesso em: 27 mai. 2025.
10. STONE, Peter. Trump's blitz to expand his power is direct threat to democracy, experts say. **The Guardian**, 07 fev. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2025/feb/07/trump-executive-actions-democracy> Acesso em: 27 mai. 2025.
11. LOPEZ, German. A Constitutional Crisis? We're covering an imbalance of power in the government. **The New York Times**, 7 fev. 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/02/07/briefing/a-constitutional-crisis.html> Acesso em: 02 jun. 2025.
12. BUSTILLO, Ximena; GARSD, Jasmine. Judge says Trump administration violated court order on third-country deportations. **npr**, 21 mai. 2025. Disponível em: <https://www.npr.org/2025/05/21/nx-s1-5406208/trump-administration-defends-flight-of-migrants-to-third-countries> Acesso em: 27 mai. 2025.
13. RICCARDI, Nicholas; CANO, Regina G. Trump administration deports hundreds of immigrants even as a judge orders their removals be stopped. **AP**, 17 mar. 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/trump-venezuela-el-salvador-immigration-dd4f61999f85c4dd8bcaba7d4fc7c9af> Acesso em: 27 mai. 2025.
14. WARD, Myah. We watched 20 Trump rallies. His racist, anti-immigrant messaging is getting darker. **Político**, 10 dez. 2024. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2024/10/12/trump-racist-rhetoric-immigrants-00183537> Acesso em: 27 mai. 2025.
15. LEVINE, Sam. How gerrymandering allows a purple state to promote Trump's big lie. **The Guardian**, 24 mar. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2022/mar/24/gerrymandering-wisconsin-purple-state-rightwing-measures> Acesso em: 27 mai. 2025.

16. FOREMAN, Tom. American Battleground: Trump's appetite for revenge — and the limits he might face. **CNN**, 16 jan. 2025. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2025/01/16/politics/american-battleground-trump-revenge-analysis> Acesso em: 27 mai. 2025.

17. ZURCHER, Anthony. Anthony Zurcher: With the promise of a 'golden age', a second Trump era begins. **BBC**, 20 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/cj02zmj59r5o> Acesso em: 27 mai. 2025.

18. WOLF, Zachary; MERRILL, Curt. Trump's inaugural address, annotated and fact-checked. **CNN**, 20 jan. 2025. Disponível em: <https://edition.cnn.com/interactive/politics/2025/donald-trump-inaugural-speech-dg/> Acesso em: 27 mai. 2025.

19. WOLF, Zachary; MERRILL, Curt. Trump's 2025 joint session address, fact checked and annotated. **CNN**, 05 mar. 2025. Disponível em: <https://edition.cnn.com/interactive/2025/03/politics/transcript-speech-trump-congress-annotated-dg/> Acesso em: 27 mai. 2025.

20. National Archives. **Federal Register**: Executive Orders. 2025. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/presidential-documents/executive-orders> Acesso em: 01 jul. 2025.

21. The American Presidency Project. Executive Orders: Washington - Trump II. **University of California**, Santa Barbara, c2025. <https://www.presidency.ucsb.edu/statistics/data/executive-orders> Acesso em: 26 mai. 2025.

22. WENDLING, Julia. **Ranked**: Executive Orders by President in the First 100 Days. Visual Capitalist, 07 mai. 2025. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/sp/in01-ranked-executive-orders-by-president-in-the-first-100-days/> Acesso em: 26 mai. 2025.

23. Tradução nossa, do original: "[...] It is high time to admit with courage that we are in the midst of an emergency at least equal to that of war. Let us mobilize to meet it."

The American Presidency Project. Radio Address From Albany, New York: "The 'Forgotten Man' Speech". **University of California**, Santa Barbara, c2025. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/radio-address-from-albany-new-york-the-forgotten-man-speech> Acesso em: 26 mai. 2025.

24. Tradução nossa, do original: "I am prepared under my constitutional duty to recommend the measures that a stricken Nation in the midst of a stricken world may require. These measures, or such other measures as the Congress may build out of its experience and wisdom, I shall seek, within my constitutional authority, to bring to speedy adoption. But in the event that the Congress shall fail to take one of these two courses, and in the event that the national emergency is still critical, I shall not evade the clear course of duty that will then confront me. I shall ask the Congress for the one remaining instrument to meet the crisis — broad Executive power to wage a war against the emergency, as great as the power that would be given to me if we were in fact invaded by a foreign foe."

US Congress. March 4, 1933 Vol. 77, Part 1 — Bound Edition: 73rd Congress - Special Session. **congress.gov**, c2025. Disponível em: <https://www.congress.gov/bound-congressional-record/1933/03/04/77/senate-section> Acesso em: 26 mai 2025.

25. LIVINGSTON, Geoff. This Is a Coup: We Choose to Fight: Nobody Elected Elon Protest. **flickr**, 05 fev. 2025. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/geoliv/54308120200/in/dateposted/> Acesso em: 26 mai. 2025.

26. JACKSON, Brooks et al. Biden's Numbers, July 2024 Update. **FactCheck.org**, 25 jul. 2024. Disponível em: <https://www.factcheck.org/2024/07/bidens-numbers-july-2024-update/> Acesso em: 26 mai. 2025.

27. US Government. President Trump Actively Destroys the Rule of Law He Claims to Be Restoring. **The House Committee on Appropriations**, 14 mar. 2025. Disponível em: [https://democrats-](https://democrats-appropriations.house.gov/news/press-releases/president-trump-actively-destroys-rule-law-he-claims-be-restoring)

[appropriations.house.gov/news/press-releases/president-trump-actively-destroys-rule-law-he-claims-be-restoring](https://democrats-appropriations.house.gov/news/press-releases/president-trump-actively-destroys-rule-law-he-claims-be-restoring) Acesso em: 26 mai. 2025.

28. GILLIAND, Olivia; DUMALAON, Janelle. Trump's attacks on media test US press freedom rules. **Deutsch Welle**, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://www.dw.com/en/trumps-attacks-on-media-tests-us-first-amendment-press-freedom/a-72359073> Acesso em: 27 mai. 2025.
29. The Economist. Trump's incoherent trade policy will do lasting damage. **The Economist**, 10 abr. 2025. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2025/04/10/trumps-incoherent-trade-policy-will-do-lasting-damage> Acesso em: 20 mai. 2025.
30. KONYNDYK, Jeremy. 'We Are Seeing Complete Destruction': The Damage Done by the U.S.A.I.D. Freeze. **The New York Times**, 21 fev. 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/02/21/opinion/hiv-usaid-freeze-doge.html> Acesso em: 09 jun. 2025.
31. SULLIVAN, Eileen. For Federal Workers, Musk's Chain Saw Still Reverberates. **The New York Times**, 29 mai. 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/05/29/us/politics/federal-workers-musk-doge.html> Acesso em: 09 jun. 2025.
32. UN General Assembly Hall. **Wikipedia**. 17 dez. 2006. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/United_Nations#/media/File:UN_General_Assembly_hall.jpg Acesso em 24 jul. 2025.
33. HOBSBAWM, Eric. **Age of Extremes: The short twentieth century 1914-1991**. London: Abacus, 1994. p. 258.
34. AQUINO, Rubim S. L. de et al. **História das Sociedades**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 465
35. JUDT, Tony. **Postwar: A history of Europe since 1945**. New York: Penguin, 2005. Capítulos 1 e 2.
36. The free high-resolution photo of black and white, photography, cityscape, suburb, monochrome, destroyed, war, ruins, cologne, wwii, ww2, history, destruction, 1945 [...]. **Pxhere**. 24 mar. 2017. Disponível em: <https://pxhere.com/en/photo/1253556> Acesso em: 02 jul. 2025.
37. EICHENGREEN, Barry. **Globalizing Capital: A History of the International Monetary System**. Princeton, NJ: Princeton University, 2008. Capítulo 3.
38. tradução nossa, do original: "Another element in US policy in the initial post-war period were the new international institutions that the Americans had helped bring about and whose success they sincerely desired. Of these the United Nations, whose Charter was ratified on October 24th 1945 and whose General Assembly first met in January 1946, is obviously the best known; but it was the financial and economic agencies and agreements associated with 'Bretton Woods' which perhaps mattered more to policymakers at the time."
- JUDT, 2005, p.107.
39. NATO. The North Atlantic Treaty: Washington D.C. - 4 April 1949. **NATO**, 19 out. 2023. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm Acesso em: 02 jul. 2025.
40. tradução nossa, do original: "Hence the famous *bon mot* of Lord Ismay, who took up his post as NATO's first Secretary General in 1952: the purpose of the North Atlantic Treaty Organization was 'to keep the Russians out, the Americans in and the Germans down.'"
- JUDT, 2005, p.150.
41. tradução nossa, do original: "[...] The originality of the Treaty lay not so much in what it could achieve but in what it represented: like the Marshall Plan—and the Brussels Treaty from which it sprang—NATO illustrated the most significant change that had come over Europe (and the US) as a result of the war—a willingness to share information and cooperate in defense, security, trade, currency regulations and much else [...]"
- JUDT, 2005, p.151.
42. ajay_suresh. **The World Bank Group**. 21 jun. 2024. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=150187185> Acesso em: 02 jul. 2025.
43. JACKSON, John H. **The World Trading System: Law and Policy of International Relations**. London: The MIT Press, 1995. Chapter 3.

44. tradução nossa, do original: "[...] a distinct and defining aspect of American hegemony has been its dominance of international institutions. Emerging from the Second World War with an overwhelming preponderance of power, the US used its primacy to construct a new and unprecedented institutional order that reflected and reinforced its primacy [...]"

HOPEWELL, Kristen. **Clash of Powers: US-China Rivalry in Global Trade Governance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. p. 197. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/china-and-the-wto/tumult-in-the-trading-system/82BCC085576D6D9C553E9FD3E30BC0EB> Acesso em: 03 jul. 2025.

45. tradução nossa, do original: "[...] in bargaining out the terms of the postwar order, the United States and its allies and rivals sought to protect and advance their national interests, but they chose to do so in a manner that involved compromise and collaboration as well as self-interest and competition."

CRONIN, James E. **Fragile Victory: the making and unmaking of liberal order**. New Haven: Yale University, 2023. p. 4.

46. Federal Reserve Bank of St. Louis. Gross Domestic Product (GDP). 30 jul. 2025. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/GDP> Acesso em: 19 ago. 2025.

47. Gráfico do autor sobre: GDP Growth (annual %) - United States. **World Bank Group**, c2025. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=US> Acesso em: 03 jun. 2025.

48. Federal Reserve Bank of St. Louis. Federal Debt: Total Public Debt as Percent of Gross Domestic Product. 26 jun. 2025. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/GFDEGDQ188S> Acesso em: 06 ago. 2025.

49. The White House Photostream. P20250515MR-0709. 16 mai. 2025. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/202101414@N05/54523679969/> Acesso em: 26 mai. 2025.

50. KLEIN, Ezra. Why Trump's Tariffs Won't Work. **The New York Times**, 12 mar. 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/03/12/opinion/ezra-klein-podcast-kimberly-clausing.html> Acesso em: 20 jun. 2025.

51. The Economist. American finance, always unique, is now uniquely dangerous. **The Economist**, 31 mai. 2025. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2025/05/29/american-finance-always-unique-is-now-uniquely-dangerous> Acesso em: 01 jun. 2025.

52. tradução nossa, do original: "[...] the S&P 500 stock index, which tracks many of the biggest stocks in the U.S. market, returned 10.9 percent, including dividends, for the three months through June and 15.2 percent for 12 months. Those are excellent returns by any measure — higher, for example, than the 10.5 percent annualized return of the S&P 500 since 1926 [...]"

SOMMER, Jeff. A Solid Report Card for the Markets, Despite Shock and Worry. **The New York Times**, 4 jul. 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/07/04/business/markets-investment-returns-trump.html?smid=nytcore-android-share> Acesso em 07 jul. 2025.

53. tradução nossa, do original: " Low-cost, diversified stock and bond portfolios containing index funds are the core of investing for many people. Bespoke Investment Group calculated that a basic portfolio — with 60 percent U.S. stock and 40 percent U.S. bonds — returned 5.1 percent for the first half of the year. That was the fifth consecutive half-year performance of at least 5 percent for the 60/40 portfolio, the longest such streak since at least 1975"

SOMMER, 2025.

54. QIU, Linda; KARNI, Annie. Did President Trump Keep His First-Term Promises? Let's Look at 5 of Them. **The New York Times**, 05 nov. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/31/us/politics/trump-first-term-promises.html> Acesso em: 07 jul. 2025.

55. LUCE, Edward. Os EUA se cansaram das regras comerciais que ajudaram a criar após 1945. **Valor Econômico**, 15 mai. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/05/15/analiseft-os-eua-se-cansaram-das-regras-comerciais-que-ajudaram-a-criar-apos-1945.ghtml> Acesso em: 04 jul. 2025.

56. COMBAT, Flavio A. A crise do sistema de Bretton Woods: considerações sobre o papel do dólar na hierarquia monetária internacional. **Revista Estudos Políticos**, v. 10, n. 2, dez. 2019.

57. tradução nossa, do original: "[...] Before the 1980s, U.S. financial markets were much larger than financial markets outside the United States, but in recent years the dominance of U.S. markets has been disappearing. The extraordinary growth of foreign financial markets has been the result of both large increases in the pool of savings in foreign countries such as Japan and the deregulation of foreign financial markets, which has enabled foreign markets to expand their activities. American corporations and banks are now more likely to tap international capital markets to raise needed funds, and American investors often seek investment opportunities abroad. Similarly, foreign corporations and banks raise funds from Americans, and foreigners have become important investors in the United States [...]"

MISHKIN, Frederic S.; EAKINS, Stanley G. **Financial Markets and Institutions**. 7 ed. New York: Prentice Hall, 2012.

58. GARTEN, Jeffrey E. **Three Days at Camp David: How a Secret Meeting in 1971 Transformed the Global Economy**. New York: Harper Collins, 2021.

59. HAYES, Adam. Trade Act of 1974: What It is, How It Works, Example. **Investopedia**, 23 ago. 2023. Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/t/trade-act-of-1974.asp> Acesso em: 06 jul. 2025.

60. SEN, Ashish K. A Brief History of Sanctions on Iran. **Atlantic Council**, 08 mai. 2018. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/a-brief-history-of-sanctions-on-iran/> Acesso em: 06 jul. 2025.

61. PADINGER, Germán. O que é o embargo dos EUA a Cuba e como ele afetou a economia da ilha. **CNN**, 14 jul. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-e-o-embargo-dos-eua-a-cuba-e-como-ele-afetou-a-economia-da-ilha/> Acesso em: 06 jul. 2025.

62. USA. Department of State. **Ukraine and Russia Sanctions**. 20 jan. 2009. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/e/eb/tfs/spi/ukrainerussia/> Acesso em: 06 jul. 2025.

63. USA. Department of State. **Venezuela-Related Sanctions**. [2025]. Disponível em: <https://www.state.gov/venezuela-related-sanctions/> Acesso em: 06 jul. 2025.

64. KING, John; DIAMOND, Jeremy. Trump team floats a 10% tariff on imports. **CNN**, 22 dez. 2016. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2016/12/21/politics/donald-trump-tariffs> Acesso em: 06 jul. 2025.

65. BLUM, William. **Killing Hope: US Military and CIA Interventions since WWII**. New York: Zed Books, 2003.

66. TOFT, Monica. Introducing the Military Intervention Project: A New Dataset on US Military Interventions, 1776–2019. **Tufts University**, 01 abr. 2023. Disponível em: <https://fletcher.tufts.edu/faculty-research/research-publications/introducing-military-intervention-project-new-dataset-us-military-interventions-1776-2019> Acesso em: 06 jul. 2025.

67. PARKER, Christopher S; BLUM, Rachel M. Exploring the Motivations of the MAGA Movement. IN: LIVINGSTON, Steven; MILLER, Michael. **Connective Action and the rise of the Far-Right**. Oxford: Oxford, 2025.

68. Today in Focus: Trump's ex-Russia adviser on the prospect of WW3. [S. l.]: **The Guardian**, 15 mai. 2025. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/26BcWKmwVpGLjt8CaNDWBD>. Acesso em: 17 mai 2025.

O mal-estar de uma novidade democrática

Thiago Logatto*

<https://doi.org/10.5281/zenodo.15866268>



"Isto é democracia !": milhares de manifestantes protestam contra o poder corporativo e a desigualdade econômica no centro financeiro de Nova Iorque, Wall Street, em 2011

Em artigo que antecipava dilemas políticos contemporâneos, hoje inscritos sob o rótulo da crise das democracias liberais, o jornalista Fareed Zakaria alertava para o advento das democracias iliberais: embora democráticas sob o ponto de vista das liberdades políticas, com a ocorrência de eleições periódicas e ampla participação eleitoral, iliberais pelo desrespeito sistemático a liberdades civis de expressão, associação e religião, e pelos ataques ao constitucionalismo liberal e à propriedade privada^[1]. Atualmente, com a ascensão de lideranças autoritárias e com o crescimento da extrema-direita em diversos países – incluindo as antes estáveis e vigorosas democracias ocidentais –, cientistas sociais têm retomado, sob ângulos variados, o problema das democracias iliberais, impulsionadas pelo “populismo”, termo de uso recorrente na literatura para designar, de forma ampla e genérica, a atuação de líderes políticos que, em nome do povo a que representam, atentam contra as instituições liberais^[2].

A relação entre os dois elementos que dão nome ao regime, democracia e liberalismo, está longe de ser harmoniosa, e a questão de como uni-los de maneira funcional e efetiva também está longe de ser resolvida. Se o elemento democrático pode se sobrepor ao liberal, degenerando-se numa democracia iliberal, inversamente, a sobreposição do elemento liberal sobre o democrático seria atributo de um liberalismo autocrático^[3]. Logo, a democracia liberal pretende ser um ponto de equilíbrio entre o respeito à soberania popular e a proteção aos direitos e liberdades individuais. Como Zakaria observava com temor a ascensão de democracias iliberais, defendeu que assegurar o constitucionalismo liberal no plano internacional devia ser a prioridade da “comunidade internacional” e dos Estados Unidos, e elencou razões como a superioridade institucional estadunidense em função da existência de diversas barreiras constitucionais impostas sobre as majorias eleitorais no país; a correlação entre crescimento econômico e a garantia de direitos constitucionais pelos Estados, fossem liberal-democráticos ou autoritários^[4]; e a reduzida taxa de ocorrência de guerras entre nações ancoradas no constitucionalismo liberal.

Embora reconhecesse, por exemplo, o traço antidemocrático do sistema político estadunidense, em oposição ao que prega o senso comum, Zakaria não explorou as tensões que motivaram os teóricos do constitucionalismo liberal a elaborarem instituições que tinham por objetivo a imposição de freios sobre a influência política das majorias – um velho e conhecido problema entre os teóricos da política. Sua defesa do constitucionalismo liberal como proteção aos riscos provocados pela ascensão das democracias iliberais, com ênfase no modelo norte-americano^[5], deixou intocada a contradição que habita o âmago das tensões que marcaram a histórica coincidência entre o surgimento do capitalismo e o ressurgimento da democracia na modernidade, e que aparece através da oposição entre democracia e liberalismo.

Inicialmente, democracia e liberalismo ocupavam polos opostos: enquanto a tradição liberal, da qual emerge o constitucionalismo moderno, tinha por objetivo limitar os poderes do Estado e garantir os direitos individuais dos cidadãos, a democracia, no sentido clássico das experiências democráticas da Antiguidade, dizia respeito à ampla participação popular no poder e à realização de ideais igualitários^[6]. Naturalmente, grupos de indivíduos poderosos e seus intelectuais não viam com bons olhos o igualitarismo que levaria um regime político a ser classificado como democrático. A questão reaparece constantemente entre liberais e conservadores: para Tocqueville, Stuart Mill, e Madison, o problema da ditadura da maioria;

para Samuel Huntington, a interferência do excesso de demandas sobre a governabilidade; para Hayek e Friedman, as perdas de eficiência econômica e a submissão do indivíduo ao planejamento totalitário do Estado.

O sufrágio universal despertava o temor elitista quanto aos riscos da produção de políticas redistributivas radicais, da irracionalidade e falta de conhecimento das massas, da perda de influência política das elites, aspectos que fomentavam resistências oligárquicas à democratização. Somente após hábeis manobras teóricas e engenharias institucionais, com destaque para as obras de autores como Madison, Schumpeter e Dahl, foi possível encobrir a contradição fundamental das democracias liberais a ponto de se afirmar que “hoje em dia [...] temos problemas em imaginar [...] um futuro que não seja essencialmente democrático e capitalista”^[7]. Eleições indiretas, checks and balances, separação de poderes e restrições eleitorais fizeram do constitucionalismo liberal não apenas um recurso que visa impor freios constitucionais à democracia, mas que visa sobretudo desencorajá-la, dificultando a possibilidade de que aqueles historicamente desprovidos de tempo e recursos possam conquistar seus objetivos políticos^[8]. Em outros termos, para que o poder pudesse ser distribuído entre os cidadãos, ele precisou ser contido. E o fim primordial, a ordem constitucional, deveria ser assegurada não pelos cidadãos, mas pelo Estado.

Não foram poucos os intelectuais que passaram a defender uma indissociabilidade entre democracia e liberalismo, cuja principal referência foi a trajetória recente das sociedades capitalistas avançadas a partir de meados do século XX. Porém, a democracia a que se referem precisou ser reelaborada, despolitizada, precisamente a fim de se tornar compatível com seu novo par. A dissolução do demos em uma massa de eleitores, no intuito de domesticar as paixões democráticas, ocorreu concomitantemente à identificação da soberania popular com eleições livres e recorrentes. Na democracia eleitoral, da mesma forma que na economia do livre mercado, o pressuposto fundamental estava na liberdade de escolha, ou seja, na soberania, fosse do eleitor, fosse do consumidor. Assim, tal como no capitalismo, em que a liberdade econômica se materializa na impotência econômica, na democracia eleitoral, a liberdade política se materializa na impotência política. Em outras palavras, a soberania popular é absorvida pela impotência econômica, e a soberania do consumidor, absorvida pela impotência política^[9].

A domesticação do demos sempre foi funcional ao capitalismo. Zakaria aponta que governos ocidentais e seus intelectuais apoiaram a formação de Estados nacionais fortes e

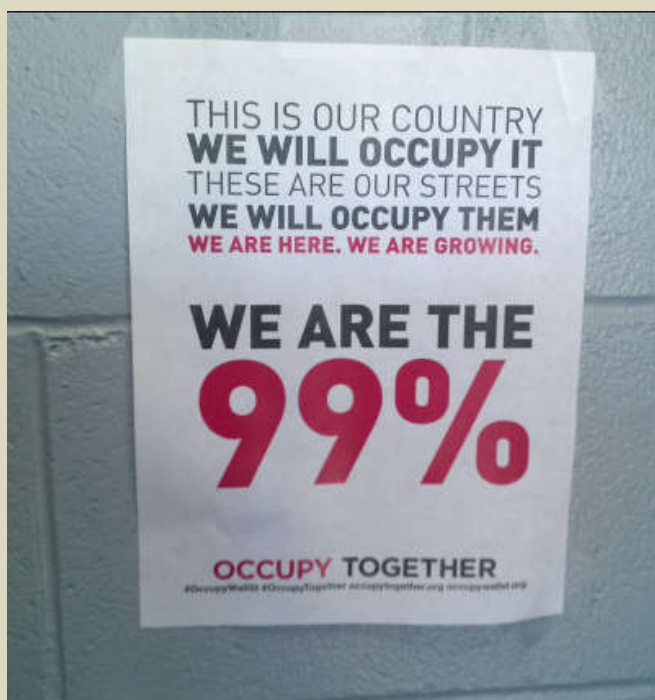
centralizados em países do Terceiro Mundo ao longo do século XX, e que, apesar de o problema da falta de autoridade governamental ter sido enfrentado com relativo sucesso, deixou-se de lado o problema da “legitimidade governamental”. A questão é significativa, pois, para Zakaria, as maiores ameaças à liberdade e felicidade humanas vêm não dos perigos da anarquia, mas de Estados fortes e centralizados. Pois bem, se no passado os Estados Unidos e a “comunidade internacional” haviam apoiado, em nome do desenvolvimento (e, obviamente, do enfrentamento com seus rivais soviéticos), regimes políticos centralizadores e autoritários, Zakaria defendia que este mesmo conjunto de nações se tornasse o pilar do constitucionalismo liberal num mundo em globalização – e, em curiosa inversão, novamente em nome do desenvolvimento (afinal, “as pressões do capitalismo global podem impulsionar o processo de liberalização. Mercados e princípios morais podem trabalhar em conjunto”^[10]).

O caso brasileiro é emblemático, embora não tenha sido mencionado por Zakaria: o medo da implantação de uma “república sindicalista” nos anos sessenta, encabeçada por João Goulart, mobilizou a oposição civil a apoiar o golpe militar de 1964 com o objetivo de impedir as reformas que incluíam a expansão dos direitos da população rural e do acesso à terra, a ampliação da franquia eleitoral e a restrição de remessas de lucros ao exterior pelas empresas multinacionais. A ditadura militar, que encarnava um autoritarismo esclarecido com o aval da potência norte-americana, empreendeu a modernização capitalista, impulsionou o desenvolvimento econômico em associação com as multinacionais, e pôs fim à ameaça representada pela crescente mobilização popular. O preço a pagar, contudo, foi a interminável e brutal repressão aos opositores do regime, a neutralização da influência política dos trabalhadores e suas organizações, e a persistência da miséria, da concentração de renda e da desigualdade.

Quando a linha nacionalista do regime começou a ser acentuada, iniciaram-se as pressões norte-americanas pela abertura política, o que, no plano internacional, estava relacionado à reorientação da política externa norte-americana para conter a expansão dos nacionalismos emergentes no Terceiro Mundo. Retomava-se gradualmente o apoio aos ideais democráticos (que haviam sido abandonados em prol do desenvolvimento), desde que estes não ameaçassem novamente o *status quo*, e que estivessem adequados à nova rodada de expansão econômica mundial que se desenhou, sob liderança da “comunidade internacional”^[11]. No Brasil, como em outros países, a redemocratização foi sucedida por ondas de desnacionalizações e privatizações que, apoiadas no consenso neoliberal, limitaram a

soberania econômica nacional e intensificaram a histórica dependência tecnológica e financeira com as economias centrais.

Não espanta que, em pleno auge da globalização neoliberal, Zakaria aposte no reforço ao constitucionalismo liberal, consagrado entre as nações ocidentais (rol que, a propósito, inclui o Japão), no intuito de preservar a estabilidade política e a proteção aos direitos individuais, ameaçados pelo iliberalismo. A ampla liberalização deveria funcionar como salvaguarda contra a centralização do poder nas mãos dos líderes políticos, e pavimentar o caminho em direção à construção de prósperas democracias liberais. Afinal, para que a profecia de Fukuyama pudesse se cumprir, a democracia não poderia ultrapassar os limites constitucionais balizadores para o ótimo funcionamento da economia de livre mercado, visão que guiava a consolidação da nova ordem mundial no pós-Guerra Fria. Com a ressalva de que isso não implica desconhecer a gravidade de problemas como o



"Nós somos os 99%": cartaz do movimento de ocupação de Wall Street protesta contra o acúmulo de riquezas por uma minoria privilegiada que se constitui em cerca de 1% da população^[b].

desprezo pelos direitos humanos, massacres motivados por conflitos étnicos ou a suspensão de garantias constitucionais para neutralizar opositores, a aposta de Zakaria dificilmente levaria à superação do problema.

A constante ameaça majoritária às instituições liberais é um ponto não resolvido da equação política moderna, um reflexo da contradição entre os princípios libertários da tradição liberal e suas consequências desigualitárias, que entram em confronto com horizontes democráticos. Apostar na contenção dos elementos democráticos pelo reforço aos elementos liberais, sem uma compreensão das condições sociais e históricas que dão conteúdo aos regimes políticos, só tende a distanciar do horizonte as alternativas democráticas efetivas. A posição de Zakaria ou demonstra certa ingenuidade, por acreditar que os Estados Unidos e seus aliados poderiam de fato atuar como faróis de uma liberdade tão escassa na periferia global e abundante nas ricas democracias ocidentais, ou reflete uma perspectiva limitada, incapaz de perceber que a crescente despolitização dessas mesmas

democracias já alimentava a crise democrática que sutilmente se alastrava entre as exímias seguidoras do constitucionalismo liberal.

A crença otimista na renovação de uma ordem liberal internacional, que deveria ser protegida da democracia, tinha como alicerce o pressuposto de que todos sairiam ganhando com a apregoada liberdade, mas a história provou que se tratava de um equívoco: a nova ordem internacional foi tomada por tensões como as guerras às drogas e ao terrorismo internacional, perpetuando o espírito belicoso entre nações; agências norte-americanas de ajuda humanitária e promoção da democracia citadas por Zakaria, como a USAID (*United States Agency for International Development*), foram usadas para encobrir tentativas de manipulação eleitoral e desestabilização de governos não alinhados aos interesses norte-americanos; as nações que aderiram ao receituário neoliberal do Consenso de Washington na América Latina e em outras partes do mundo tiveram desempenhos econômicos medíocres; a concentração de renda e riqueza continuou em ascensão, especialmente nos Estados Unidos; e o ciclo da pobreza está longe de ser superado. Aliás, hoje o liberalismo autocrático também ameaça as democracias liberais.

Ao chamar atenção para o problema do iliberalismo, Zakaria arrisca jogar o bebê fora com a água do banho, por retomar os argumentos demofóbicos que atribuíam à democracia as potenciais ameaças à liberdade. Antes de argumentar em defesa de um constitucionalismo liberal que despolitiza os cidadãos e preserva padrões oligárquicos de dominação e acumulação de riquezas, deve-se abandonar o liberalismo ingênuo que desconhece a disputa global por poder, e a indiferença de uma liberdade abstrata que convive tranquilamente com a miséria, a violência e a desigualdade.

* Thiago Logatto é doutorando em Ciência Política pelo PPGCP-UFF.

Referências e Notas

1. ZAKARIA, Fareed. The rise of illiberal democracy. **Foreign Affairs**, v. 76, n. 6, p. 22–43, dez. 1997.
 2. O uso do termo em associação com o quadro caracterizado por Zakaria tende a ser mais usado como um rótulo pejorativo do que como um conceito dotado de valor teórico e analítico. No entanto, há elaborações que visam fundamentar teoricamente o fenômeno do populismo, superando imprecisões e preconceitos.
- Vide: LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
3. Nesse caso, embora preservadas liberdades e direitos individuais, a concorrência eleitoral e a participação popular através do voto são limitadas ou restritas, ou ainda a influência popular sobre as decisões políticas é limitada por uma gestão tecnocrática e elitista. O liberalismo autocrático, contudo, não representava, para Zakaria, um perigo iminente tal qual as democracias iliberais. Atualmente, parte da literatura argumenta que ambos estão ameaçando as democracias liberais

Vide: MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

4. Zakaria menciona que os Estados que asseguraram direitos de propriedade e segurança jurídica para a realização de contratos foram os que mais estiveram alinhados com os princípios da economia de livre mercado e mais garantiram reformas econômicas bem-sucedidas. Corroborar sua alegação com uma afirmação do ex-presidente do *Federal Reserve*, Alan Greenspan, em que reconhece o constitucionalismo liberal como o princípio orientador de uma economia de livre mercado. A referência, no entanto, não envelheceu bem: a crença de Greenspan nos mercados desregulados e sua adesão ao neoliberalismo o coloca como uma das figuras centrais no processo de financeirização do capitalismo, que tem sido identificado com um padrão altamente concentrador de renda, altas taxas de endividamento público e privado, e instabilidades macroeconômicas que resultaram em verdadeiras catástrofes globais, como a crise financeira de 2008.

5. vide: “[...] the adoption of some aspects of the American constitutional framework could ameliorate many of the problems associated with illiberal democracy. The philosophy behind the U.S. Constitution, a fear of accumulated power, is as relevant today as it was in 1789”

ZAKARIA, 1997, p. 38.

6. BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

7. FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

8. WOLIN, Sheldon S. Democracy: Electoral and Athenian. **PS: Political Science & Politics**, v. 26, n. 3, p. 475–477, set. 1993.

9. idem. p.567

10. tradução nossa, do original: "the pressures of global capitalism can push the process of liberalization forward. Markets and morals can work together"

ZAKARIA, 1997, p.41.

11. Em 1997, ano da publicação do artigo, somente os Estados Unidos abrigavam 162 das 500 maiores empresas do mundo, e 27% do PIB mundial. Em conjunto com Japão, Alemanha, Reino Unido e França, somavam 405 entre as 500 maiores empresas do mundo, e 58% do PIB mundial.

a. SHANKBONE, David. **Day 14 Occupy Wall Street September 30 2011**. 30 set. 2011. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/27865228@N06/6199897402> Acesso em: 28 mai. 2025.

b. COCHRAN, Seth. **A "We Are The 99%" poster created by an Occupy Wall Street group**. 17 set. 2011. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Occupy_Wall_Street_Poster.jpg Acesso em: 28 mai. 2025.

Iliberalismo em Realengo?

Rebecca Saisse*

<https://doi.org/10.5281/zenodo.15866320>



charge do cartunista Junião^[1]

Em 2019, Muniz Sodré explorou as origens e os fatores que levaram ao surgimento da “sociedade incivil”, caracterizada pelo enfraquecimento das estruturas democráticas e pela precarização das relações sociais. O vazio de poder descrito pelo autor reflete a realidade de diversos bairros do Rio de Janeiro, hoje dominados por facções criminosas, que não se limitam ao controle do tráfico de drogas^[2].

O conceito de “iliberalismo” discutido por Sodré pode ser observado dentro dessas organizações ilícitas, que representam um regime de governo paralelo, no qual há negação de direitos civis básicos, práticas autoritárias de controle e ausência de liberdade de escolha dos cidadãos. As facções atuam como verdadeiros agentes do “iliberalismo”, manipulando serviços essenciais, como segurança e comunicação, para impor seu domínio sobre as comunidades.

Nas últimas semanas, o furto de cabos de internet tem gerado preocupações entre os moradores do bairro de Realengo, na zona oeste do Rio de Janeiro. Relatos expressam que criminosos estão danificando as redes de internet e exigindo uma taxa das empresas provedoras para permitir os reparos, criando um cenário de caos e insegurança para a população local^[3].

Há um *modus operandi* nesta situação, no qual os traficantes repetidamente cortam os cabos que ligam as redes de internet na região, cobram taxas aos provedores pela manutenção e/ou os impedem de realizá-la e finalmente, oferecem serviços similares em - provisória

concorrência. Dessa forma, o isolamento social e informativo dos residentes de Realengo os obriga a aderir a serviços como *GatoNet*, impostos pelas milícias, o que, por sua vez, amplia sua influência territorial e financeira.

A censura e o controle da informação, práticas comuns de um regime iliberal, privam as pessoas de sua plena cidadania, tornando-as, sob esse domínio, cada vez mais marginalizadas, capacidade crítica da população e a subversão das normas democráticas criam um ambiente onde apenas narrativas controladas, neste caso pelas facções criminosas, predominam, resultando em um sistema paralelo que enfraquece a democracia

Ao exercerem funções essenciais de governança, as associações criminosas não só negam aos cidadãos os seus direitos fundamentais, mas também fragmentam o tecido social, criando a “sociedade incivil”^[2]. Essa combinação de exclusão social e ausência de controle resulta em uma população cada vez mais afastada da participação política ativa, bem como no processo democrático.



Moradores de Realengo, esperando atendimento médico num posto de saúde do bairro, tentam se proteger de tiroteio entre a polícia e ladrões de carga em 16 de abril de 2025^[4].

A lógica da violência e exclusão, promovidas pelas facções criminosas de Realengo e de outros diversos bairros do Rio de Janeiro, desafia as instituições democráticas, formando a sociedade incivil descrita por Sodré. No âmbito do iliberalismo, essas facções promovem



No dia 14 de maio de 2025, uma operação policial de repressão ao tráfico de drogas na favela da Maré gerou um grande tiroteio na Avenida Brasil, uma das principais vias de acesso e transporte de carga na cidade do Rio de Janeiro, causando pânico devido ao alto fluxo de pessoas e veículos que circulam diariamente na região.

Na foto, policial militar protege um civil que foi pego de surpresa em meio à troca de tiros. Movendo-se com dificuldade, o transeunte conseguiu se abrigar no veículo blindado da pol cia^[5].

realidade de insegurança e instabilidade, utilizando o poder coercitivo e autoritário no dia a dia.



Operação policial no bairro Cidade de Deus, Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 2020^[6].

Nesse cenário, o Estado perde credibilidade no que diz respeito à proteção e garantia de ordem para a população. O conflito direto da segurança pública militarizada - que faz uso excessivo da força - com as facções não é a solução adequada para esse problema. Além disso, é evidente que as políticas públicas no Brasil têm falhado em oferecer soluções eficazes e/ou duradouras a esse combate. Portanto, é necessário investir em resoluções para as falhas estruturais, as raízes mais amplas desse problema. Para isso, o Estado deve assumir sua responsabilidade de promover justiça social, enfrentar a desigualdade e assegurar a proteção dos direitos humanos em todas as comunidades.

* Rebecca Saisse é graduanda de Sociologia pela UFF.

Referências e Notas

1. Junião. **Charge/Cartum**. Disponível em: <https://juniao.com.br/chargecartum/> Acesso em: 20 mai. 2025.
2. SODRÉ, Muniz. **A sociedade incivil: mídia, iliberalismo e finanças**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

3. LOURENÇO, Anna Beatriz. Moradores de Brás Pina e de Realengo denunciam ação do tráfico em corte de sinal de internet. **G1**, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/03/26/moradores-de-bras-de-pina-e-de-realengo-denunciam-acao-do-traffic-em-corte-de-sinal-de-internet.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2025.
4. PONTES, Bruno et al. Operação contra roubo de carga termina em tiroteio no Jardim Novo; pacientes e funcionários da UPA se jogam no chão. **G1**, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/04/16/tiroteio-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>. Acesso em: 24 mai. 2025.
5. @realengotvoficial. 14 mai. 2025. SERVIR E PROTEGER: Anjo da guarda salva Civil durante a operação na Maré que matou TH e mais dois seguranças. **Instagram**, [https://www.instagram.com/p/DJpc_pRytxW/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==]. Recuperado em: 9 mai 2025.
6. Factual RJ. Policias do Batalhão RECOM em apoio ao 18ºBPM na CDD. **YouTube**, 14 jan. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LQpX4nE6O98>. Acesso em: 25 mai. 2025.

Os Estados Unidos e o Nazismo

Pedro Philipe Medeiros de Sant'Ana*

<https://doi.org/10.5281/zenodo.15866333>



"Morte aos vietcongues", "Vitória no Vietnã", "Câmara de gás para a escória", "Morte aos comunistas": nazistas estadunidenses protestando A FAVOR da guerra do Vietnã em frente à Casa Branca em Washington, D.C., 17 de maio de 1967^[1]

Um aceno ao passado

No dia 20 de janeiro de 2025, em Washington, num comício trumpista após a vitória eleitoral do republicano, o burguês e agora “Comissário do Departamento de Eficiência Governamental” Elon Musk fez repetidamente o gesto de saudação nazista. Seus apologistas tentaram emplacar a ideia de que seria “uma saudação romana”, mas prevaleceu a percepção de que foi mais um dos chamados “apitos de cachorro”, um sinal a princípio imperceptível para a maioria das pessoas mas que simboliza uma ideia e ou um grupo, com significado latente, reconhecido entre os pares. A própria referência ao Império Romano na web, principalmente no X, é um traço característico dos perfis de extrema-direita que exaltam Roma por seus atributos de Estado total e a partir de uma interpretação similar àquela de Mussolini, associam ao que entendem de Império Romano as ideias de supremacia branca e cristã. Elon Musk comumente interage e divulga esses perfis em sua rede social, e a

afirmação da representação de uma saudação romana não melhora o caso: como todo grande império, Roma subjugou populações do Norte da África até a Ásia, sem contar com os povos do oeste europeu, além de que até o Concílio de Niceia, no século IV, perseguiu, prendeu e matou os cristãos, dentre eles o próprio profeta da religião que passou a adotar.

O sul-africano de ascendência canadense está frequentemente envolvido em polêmicas na web, seja ameaçando países soberanos de golpe para extração de recursos caros à sua indústria, seja divulgando conteúdo de extrema-direita e atacando as instituições democráticas liberais. Repercutiu nas redes o depoimento de Errol Musk (Pai de Elon) sobre a filiação ao Partido Nazista alemão de seus sogros^[2], Joshua e Winnifred Haldeman, os avós maternos de Elon, enquanto viviam no Canadá, indicando que a inclinação nazifascista não é novidade na família. Errol afirmou, também, que a família da mãe de Elon mudou-se para a África do Sul por afinidade político-ideológica com o regime de apartheid.

Apesar da viralização na web do episódio da saudação e do passado da família Musk, o que frequentemente se ignora é que a relação entre os Estados Unidos da América e o nazismo também não é nenhuma novidade, pelo contrário: a doutrina nazista, em grande medida, se fundamentou com base no pensamento eugenista, supremacista racial e colonial de autores americanos. Quem resgatou essa relação antiga e expôs as inspirações que nutriram o nazifascismo alemão foi o filósofo e cientista político italiano Domenico Losurdo, no artigo intitulado Os Estados Unidos e as raízes político-culturais do nazismo^[3], publicado em originalmente 2019, que reconstrói historicamente o desenvolvimento do ideário nazista através do léxico empregado pelos seus teóricos, revelando através dessa investigação, de um lado, que muitas palavras-chave nazistas têm origem nos Estados Unidos, e de outro, o fato de que o regime de segregação racial vigente lá até o *Civil Rights Act* era o sonho da intelligentsia nacional-socialista.



Nazistas estadunidenses em protesto
CONTRA a devolução do Canal do
Panamá, 07 de setembro de 1977^[4]

Lothrop Stoddard: a inspiração originária

Um dos nomes que Losurdo faz ressurgir das trevas é Lothrop Stoddard^[5], membro do Ku Klux Klan, historiador formado na premiada Harvard, autor de títulos como *The Rising Tide of Color Against White World Supremacy* e *The Revolt Against Civilization: The Menace of the Under Man*. O último título, de 1922, foi traduzido para o alemão em 1925, em Munique, onde logo ganhou popularidade, chegando às mãos de Alfred Rosenberg, teórico e dirigente nazista que inclusive atribui a Stoddard o pioneirismo na cunhagem do termo “*untermensch*” (a tradução alemã de “*under man*”), usado por Hitler no Terceiro Reich para se referir aos judeus, eslavos, ciganos, todas “sub-raças” que deveriam servir ao senhor germânico. Se o *untermensch* de Hitler e Rosenberg eram os não arianos, quem era o *under man* de Stoddard nos EUA? Vale lembrar que lá, até meados da década de sessenta, vigorava um regime de apartheid similar ao sul-africano, onde a população negra experimentava uma posição subalterna num sistema de supremacia racial.

Para além do “*under man*”, Stoddard proveu aos fascistas alemães um arcabouço de argumentações e conceitos que, mais tarde, passaram a ser componentes importantes da ideologia nazista. O autor americano lembra com pesar da Revolução Haitiana: “foi aqui que se produziu o primeiro debate entre a doutrina da supremacia branca e a da igualdade das raças, prólogo do drama de nossos dias.”^[6] De modo parecido^[7], chama a Primeira Guerra Mundial de “Guerra de Secessão dos brancos”, pelo fato de muitas tropas da Entente terem sido preenchidas por “povos de cor”, assim como na Guerra Civil americana, quando nos estados do Norte lutaram lado a lado brancos e negros libertos. No sentido desse raciocínio delirante, depois da “Guerra do Peloponeso da civilização branca”, o grande conflito de 1914 a 1918, entra em cena a Revolução Russa e o “bolchevismo”: “o renegado, o traidor no interior de nosso campo”. O anticomunismo se mistura com o racismo e, na visão de Stoddard, os comunistas são os traidores da raça branca por se aliarem aos povos não brancos na sua revolta contra o mundo colonial na assim chamada maré montante dos povos de cor^[8].

Profundamente racistas e xenofóbicos, os discursos de pureza racial de Stoddard foram consideravelmente difundidos na Alemanha, o pensador eugenista chegou a estabelecer diálogos com outros notórios teóricos da doutrina nazista, como Oswald Spengler. Dividem, além do anticomunismo, as ideias de pureza racial baseadas numa interpretação reacionária da história. Para Stoddard^[9], na América Latina, os *caudillos* levaram adiante a “doutrina da igualdade sem distinções de cor” nas suas revoluções, gerando como consequência a “completa desarianização” e a “queda do nível civilizacional” da América Latina depois das

independências. Spengler, nesse assunto, afirma que o próprio Simón Bolívar era um “branco puro sangue”, que as guerras de independência foram lutas “entre brancos”, em que saiu vencedor o “jacobinismo” e o princípio de igualdade racial, abominável para o autor alemão. Losurdo aponta outra proximidade entre Stoddard e Spengler: o estadunidense enxerga a França, da mesma forma que o *untermensch* judaico-bolchevique, como traidores da raça branca, também com abordagens reacionárias acerca da Revolução Francesa e repudiando os ideais de igualdades estendidos até ao critério de “raças”. O intelectual alemão, por sua vez, identifica “uma massa enorme e crescente de soldados de cor” no exército francês, e com a concessão de cidadania aos imigrantes africanos, se refere ao país como “França euro-africana”, ou “França negra”^[10].



Ritual de iniciação do Ku Klux Klan em Mississippi, 13 de agosto 1926^[11].

Uma tradição entre capitalistas?

Como se não bastasse a revelação da origem estadunidense de algumas das ideias nazistas, o filósofo italiano faz questão de lembrar do fatídico “Judeu Internacional”, e traz ao debate a figura do magnata da indústria automobilística Henry Ford e sua, talvez mais conhecida, relação não apenas com o nazismo em geral, mas com o próprio *Führer*. O antissemitismo já estava presente nos escritos de Stoddard, que considerava os judeus uma raça asiática, e nos primórdios da concepção do ideário nazista na Europa, eram traçados paralelos entre a Revolução de Outubro e comunidade judaica, sugerindo um complô que se

armaria contra a civilização branca. É nesse nevoeiro de teorias que Ford, com o intuito de atacar e denunciar a tomada de poder da classe trabalhadora russa, funda o "*The Dearborn Independent*", revista cujos artigos posteriormente serão compilados no "Judeu Internacional".

Os textos servem para colocar mais lenha na fogueira do antissemitismo, reforçando a tese de uma conspiração judaica internacional, que tinha como objetivo a dominação mundial. Os textos patrocinados por Ford também trazem de volta à tona as teorias da conspiração presentes em "Os Protocolo dos Sábios do Sião"^[12], escritos de natureza igualmente antisemita que já circulavam desde a virada do século XX, acusando os judeus de planejarem uma insurgência contra o mundo ocidental. As contribuições de Ford a essa narrativa são, em primeiro lugar, a adição do caráter bolchevique à conspiração judaica: eles querem dominar o mundo se escondendo atrás das farsas dos ideais socialistas e igualitários, e não faltam ataques à figura de Trotsky, que possuía ascendência judaica. Em segundo lugar, é claro, a impressionante disseminação dos escritos, financiada pelo burguês, que em pouco tempo se difundiu não só nos Estados Unidos, como ganhou enorme destaque na Alemanha.

Heinrich Luitpold Himmler, que chegou a ser quase braço-direito de Hitler, exercia um cargo de grande importância do alto escalão do Partido Nacional Socialista, reconheceu publicamente a centralidade das teorias espalhadas por Ford. Nas palavras de Losurdo:

Himmler, em particular, conta que compreendeu a "periculosidade do judaísmo" somente a partir de Ford: 'para os nacional-socialistas foi uma revelação'. Posteriormente, seguiu com as leituras dos Protocolos dos Sábios de Sião: 'Estes dois livros indicaram o caminho a ser percorrido para que se possa libertar a humanidade, atormentada pelo maior inimigo de todos os tempos, o judeu internacional' (note-se a fórmula cara a Henry Ford). E esses dois livros, ainda segundo Himmler, desenvolveriam um papel "decisivo" (*ausschlaggebend*) também na formação do Führer^[13].

A rede que liga os Estados Unidos ao pensamento nacional-socialista alemão parece não ter fim. Apesar de pôr em evidência a elaboração de conceitos que depois foram incorporados pelos alemães e denunciar, mais uma vez, a atuação na disseminação de teorias conspiracionistas antisemitas e anticomunistas, o artigo de Losurdo não estaria completo se não tratasse da admiração que os nazistas nutriam pelo regime de supremacia racial que se manteve nos EUA até mesmo depois da Guerra.

Os germânicos do outro lado do atlântico

A Guerra Civil Americana, como Marx observou^[14] enquanto acompanha o caso como jornalista correspondente em Londres do austríaco *Die Presse* (A Imprensa), tem como uma



Desfile do Ku Klux Klan em frente ao Capitólio, Washington, D.C., 13 de setembro 1926^[15].

das motivações o avanço da instituição escravagista para além dos estados do Sul, devido ao alto desgaste humano e do solo que as monoculturas exportadoras provocavam, a qual requer a expansão territorial constante dessa formação socio-econômica. Nos momentos imediatos à resolução do conflito, os EUA experimentam um breve período de democracia racial, em que os negros há pouco escravizados ganham direitos políticos e mais espaço de participação na vida política da União. Esse período, chamado pela historiografia de *Reconstruction*, ao qual Losurdo se refere como o mais feliz da história estadunidense, se encerra rápida e tragicamente.



Desfile em frente ao Capitólio, Washington, D.C., 13 de setembro 1926^[16].

A democracia multiétnica que se formou foi derrubada: em troca da garantia da unidade dos estados, da contenção dos ex-proprietários de escravizados que ainda se revoltavam e manter a agenda de políticas econômicas industrializantes que favorecia ao Norte, o Sul reconquista o poder político e a partir de 1877 se instaura o regime segregacionista de supremacia branca, que proíbe aos negros o acesso seja dos mesmos transportes públicos, seja dos mesmos postos de emprego que os brancos. Além disso, também não permite e condena moralmente os casamentos inter-raciais e tolera grupos que praticam perseguição, tortura e assassinato de negros, como o infame Ku Klux Klan.

O regime de apartheid americano, que inclusive serviu de modelo para aquele que se formou depois na África do Sul^[17], manteve-se até 1964, vinte anos depois da Segunda Guerra Mundial, e quarenta anos depois ter sido louvado por Hitler. Sobre a excelência norte-americana nas medidas eugenistas, o ditador alemão diz que os EUA,

[...] cuja população é constituída por uma enorme maioria de elementos germânicos, os quais muito raramente se misturaram com povos inferiores e de cor, mostra uma humanidade e uma civilização muito distinta daquelas da América Central e do Sul, onde os imigrantes, em grande parte latinos, fundiram com os habitantes originais [...] Os alemães do continente americano, que permaneceram racialmente puros e incontaminados, tornaram-se os seus senhores e permanecerão assim até o momento em que eles mesmos sejam vítimas de um insulto ao sangue^[18].

Mais adiante, prossegue: “Ao negar, por princípio, a imigração a elementos com saúde precária e excluindo com rigor determinadas raças do acesso à cidadania, a União americana professa já, mesmo que nos seus primeiros passos, uma concepção que é próxima do conceito *völkisch* de Estado”^[19]

Influentes nazistas como Leopold Ziegler, Losurdo aponta, empregavam ao termo “americanismo” para se referir, entre outras, à ideia da colonização em larga escala de um “espaço vital”, fazendo uma alusão com a colonização do *wild west* americano e o destino ao qual os indígenas foram condenados. Para o *Führer*, a guerra contra os “selvagens” eslavos da Europa Oriental, em que os germânicos devem realizar suas “tarefas coloniais” e por isso é também “onde a luta deveria ser muito mais dura que no Ocidente”, seria como “a guerra contra os índios da América do Norte”, onde igualmente “será a raça mais forte que triunfará”.



Hiram Wesley Evans, dentista, "grande mago" e líder nacional do Ku Klux Klan durante seu período auge (1922 a 1939) desfilando em frente ao Capitólio em 1926^[20].

O grupo, misturando fanatismo político com misticismo, surgiu como uma reação de ódio e confronto dos escravagistas sulistas contra a política de igualdade étnica estabelecida logo após a guerra civil. Organizado em várias sociedades secretas dedicadas a agredir e torturar publicamente negros e outras minorias étnicas, ao mesmo tempo em que propagandeavam a eugenia e a doutrina da supremacia branca, o KKK conquistou forte apoio na sociedade americana a partir de meados da década de 1920 até o final Segunda Guerra Mundial, incluindo toda a "Grande Depressão". Neste período chamado de "Segundo Klan" (1915 a 1944), estima-se que tenha chegado a algo em torno de 3 a 6 milhões de seguidores em todo os EUA (cerca de 5% da população do país naquela época^[22]), acumulando um considerável poder de influência na política interna do país^[21].

Afinidades históricas: de Ford a Musk

Dado esse grande panorama desenhado, é importante ressaltar algumas questões. A primeira delas é que os ideais eugenistas, supremacistas, racistas e xenofóbicos que compõem o nazismo vêm de inspirações estadunidenses, como sustenta Domenico Losurdo, seja através de autores influentes ou da própria natureza do regime. Uma segunda é que esses mesmos

componentes do nazismo, antes da Segunda Guerra, eram amplamente bem recebidos pelas altas camadas dos próprios EUA: Stoddard, como denuncia Losurdo, foi elogiado publicamente por dois presidentes americanos, Hebert Hoover e Warren Harding, este último que afirmou ainda que “a maré montante dos povos de cor” que os norte-americanos enfrentam é um problema de escala mundial.



As reações ao simbolismo da atitude de Musk foram intensas entre a população estadunidense. Na foto maior, protesto organizado na cidade St. Paul, estado de Minnessota^[23] No detalhe, protesto em outra cidade: "Meu avô não lutou contra os nazistas para esta m..."^[24]

Hoje, os Estados Unidos têm Donald Trump assumindo a presidência de um império que apresenta os primeiros sinais do início de sua queda e teme o perigo amarelo, observando os *coolies* (minorias raciais) gradualmente tomando seu antigo posto. Uma de suas pautas mais clássicas é a imigração, e uma de suas novidades no segundo mandato foi dar a oportunidade de Elon Musk institucionalizar (mais ainda) seu poder, transformando-o em funcionário de seu governo. Se o comportamento de Musk não é de se surpreender tendo em vista seu pano de fundo familiar, como foi visto, fica claro também o fato de não ser surpresa a ocorrência de alguma forma de manifestação antissemita de uma figura de destaque no cenário político estadunidense. Dessa vez, o criativo e inventivo CEO não conseguiu ser inovador, um outro exemplar de sua espécie fez isso primeiro há muito tempo.

* Pedro Sant'Ana é graduando em Ciências Sociais pela UFF.

Notas e Referências

1. Library of Congress. [Nazi Party members with signs in support of the Vietnam War, demonstrating outside the White House, Washington, D.C.] / MST. 17 mai. 1967. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2024640595/> Acesso em: 24 mai 2025.
2. BELÉM, Euler De França. Avós maternos de Elon Musk foram nazistas e defensores do cruel regime do Apartheid na África do Sul. **Jornal Opção**, 2025. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/avos-maternos-de-elon-musk-foram-nazistas-e-defensores-do-cruel-regime-do-apartheid-na-africa-do-sul-674039/>. Acesso em: 27 fev. 2002.
3. LOSURDO, Domenico. Colonialismo e luta anti-colonial: desafios da evolução no século XXI. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 95-127
4. Library of Congress. "Keep the Panama Canal" rally [Nazi armbands]. 07 set. 1977. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2018645711/> Acesso em: 24 mai. 2025.
5. Lothrop Stoddard foi um dos autores responsáveis pela construção da ideologia do Ku Klux Klan durante sua fase de maior influência na sociedade americana. Advogado e PhD em história pela Universidade de Harvard, era um feroz defensor da eugenia, supremacia branca e do racismo científico. Tornou-se membro ativo do grupo em Massachussetts, um dos capítulos mais violentos de todos os EUA, e seus livros eram considerados leitura recomendada a todos os membros.
- CHALMERS, David M. **Hooded Americanism: The History of Ku Klux Klan**. 3ed. Durham: Duke University, 1987. p.110, 270-271
6. STODDARD, Lothrop. The Rising Tide of Color against White World-Supremacy. Negro University Press, Westport, 1971, p. 227.
7. ibidem. p. 6-7, 172
8. LOSURDO, 2020, p. 108.
9. STODDARD, Lothrop. The Rising Tide of Color against White World-Supremacy. Negro University Press, Westport, 1971, p. 115-116
10. SPENGLER, Oswald. **Frankreich und Europa**. Munique: Beck, 1937, p. 84-85 e 88.
11. Library of Congress. **Ku Klux Klan initiation** - no. 2 digital file from original item. 13 ago. 1923. Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/ppmsca.68728/> Acesso em: 24 mai. 2025.
12. Os Protocolos dos Sábios de Sião. **United States Holocaust Museum**. Disponível em: United States Holocaust Memorial Museum. Acesso em: 09 mar. 2025.
13. LOSURDO, 2020, p. 119.
14. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A guerra civil dos Estados Unidos**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2022
15. Library of Congress. **Ku Klux Klan parade**, Washington, D.C., Sept. 13, 1926. 13 set. 1926. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/93513529/> Acesso em: 25 mai. 2025.
16. Library of Congress. **Ku Klux Klan parade**, 9/13/26 digital file from original. 13 set. 1926. Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/npcc.16225/> Acesso em: 25 mai. 2025.
17. NOER, Thomas J.. **Briton, Boer and Yankee: The United States and South Africa 1870-1914**. Kent: Kent State University Press, 1976, p. 106-7, 115 e 125
18. LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense**. São Paulo: Boitempo, 2010. p.105.
19. ibidem. p.151.

20. Library of Congress. **Ku Klux Klan parade**, 9/13/26 digital file from original. 13 set. 1926. Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/npcc.16221/> Acesso em: 25 mai. 2025.
21. CHALMERS, 1987, p.1-7, 28-59, 109-119
22. US Census Bureau. Historical Population Change Data (1910-2020). **US Census Bureau**, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://www.census.gov/data/tables/time-series/dec/popchange-data-text.html> Acesso em: 25 mai. 2025.
23. Wikipedia Commons. **File:Hands Off Protest St Paul Minnesota STOP HIM!**. 05 abr. 2025. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hands_Off_Protest_St_Paul_Minnesota_STOP_HIM!.jpg Acesso em: 26 mai. 2025.
24. SIERRALUPE, David G. **50 State Capitals Rally Against Trump**. 07 fev. 2025. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/sierralupe/albums/72177720323662981/> Acesso em: 26 mai. 2025.

Big Techs e a manipulação digital: O novo império sem fronteiras do século XXI

Carolina Leirinha*

<https://doi.org/10.5281/zenodo.15866344>



Nesta charge da ilustradora Ann Telnaes, censurada pelo prestigiado *The Washington Post*, vemos os bilionários CEOs da Amazon (Jeff Bezos, também dono do Jornal), Mark Zuckerberg (Meta), Sam Altman (OpenAI) e Patrick Soon-Shiong (LA Times), além do Mickey Mouse (representando os próprios EUA), ajoelhando-se perante ao poder ilimitado que Trump está outorgando a si mesmo neste segundo mandato^[1].

A recente afronta do antigo Twitter, hoje denominado X de propriedade do bilionário Elon Musk, à Justiça Brasileira evidencia mais um sintoma do verdadeiro poder que as big techs ergueram sob o mundo, operando acima das leis nacionais sem qualquer obrigação de prestação de contas à sociedade que impactam. Google, Meta, Amazon, Microsoft e Apple acumularam nas últimas décadas uma força de poder que passa agora a transcender os Estados-nação, detendo um valor de mercado hoje próximo a US\$ 10 trilhões (maior que o PIB da América Latina)^[2] e desafiando governos e instituições globais. Assim, fica evidente que a problemática não se trata somente do grande poder econômico, mas também político.

O Poder Econômico e o Monopólio da Informação

Para além da concentração de mercado e aniquilação da concorrência, hoje, essas corporações moldam a informação, o consumo e o comportamento social, tornando-se verdadeiras ameaças aos rumos das democracias. É o caso do Google, que detém praticamente o monopólio dos mecanismos de busca. O que Zuboff chama de “capitalismo de vigilância” não é uma metáfora exagerada^[3], mas a realidade cada vez mais escancarada: nossas preferências, dados, hábitos e rotinas são monitorados e utilizados para fins lucrativos, comerciais e políticos, com ou sem nosso consentimento. Mas esse fenômeno vai além da mera coleta de dados — trata-se de um verdadeiro aparato global de modificação comportamental, o motor de crescimento do capitalismo de vigilância. Mais do que coletar dados, essas empresas manipulam comportamentos, transformando a publicidade em um sistema de controle remoto de indivíduos^[3].

Algoritmo Como Instrumento de Controle

É verdade que muitos de nós reconhecemos esse fato e o aceitam, mas com que capacidade podemos nos dizer conscientes de seus riscos? Entender que, ao consumir conteúdos de moda, por exemplo, abrimos espaço para que as big techs coletem nossas preferências e apresentem cada vez mais vídeos e fotos que nos inspirem a montar looks pode nos fazer pensar: “que mal isso tem?”. Porém, não fica claro para nós o quanto esses algoritmos modificam e instigam nosso pensamento ao ponto de nos fazer acreditar que precisamos — e não apenas desejamos — consumir. O poder instrumentário das big techs opera silenciosa e remotamente, moldando nossas vontades sem que sequer percebamos. Essa engenharia da ignorância — projetada para que nunca compreendamos totalmente como somos influenciados — se traduz na dominação absoluta do espaço digital, transformando a esfera pública em um experimento de manipulação em larga escala^[4].

No mundo capitalista, a informação também se torna mercadoria, e as big techs emergem como verdadeiros vendedores do saber. O que entra em jogo nesse contexto não é somente a regulação do setor digital, mas a própria soberania dos países e a autonomia dos cidadãos. Se não há controle sobre o que circula nas plataformas digitais e se essas empresas determinam o que é fake news ou não, como garantir um debate público equilibrado e justo? Não é por acaso que governos de diferentes nações já buscam maneiras de frear esse poder^[5]. A União Europeia, por exemplo, tem avançado em legislações para regular a atuação das big techs, e o

Brasil debate medidas como a tributação extra sobre os gigantes. Mas será que isso basta?



Cortina de ferro digital dividindo o mundo, ilustração de Shehzil Malik^[6].

As Big Techs e a Geopolítica Global

A verdade é que os Estados ainda não sabem lidar com essa convergência de poder. O espaço digital tornou-se um território à parte, onde essas empresas são legisladores, juízes e executores. O que antes poderia ser entendido como uma nova era do mercado digital se revela, na verdade, como uma era de conquista. Fica claro seu enorme poder político com a entrada de Elon Musk para o atual governo norte-americano, representando, para quem quiser ver, a influência das big techs na política global^[7]. Na posse de Donald Trump, Musk, Bezos e Zuckerberg fizeram questão de marcar presença. A mensagem passada por eles nesse momento foi para as legiões capitalistas, principalmente da extrema-direita (com o gesto inadmissível que Musk simbolizou): chegou nossa hora, não precisaremos mais disfarçar nossas crenças e objetivos. E os liberais centristas não querem enxergar isso, pois, em grande parte, foram responsáveis por permitir que chegássemos a esse ponto, com anos de políticas

que pregavam o lucro e a produtividade acima de tudo e aprofundaram a desigualdade e a pobreza. Musk é a personificação desse resultado frustrante de 40 anos do neoliberalismo, agora em formato de ditadura autoritária dos bilionários.

O controle absoluto — tanto físico quanto virtual — dos meios de telecomunicação de massa obtido pelas big techs representa uma direta ameaça à soberania dos países no cenário geopolítico contemporâneo, evidenciado também na dependência crescente das infraestruturas digitais para a condução de estratégias de manutenção da segurança nacional, incluindo estratégias militares. Um exemplo paradigmático é o papel desempenhado pela Starlink na guerra da Ucrânia e a capacidade de Musk de interromper unilateralmente o acesso ucraniano à rede, deixando claro como as decisões de atores alheios ao controle estatal podem determinar o curso de conflitos armados, convertendo o domínio privado das telecomunicações em instrumento de coerção geopolítica. O posterior recuo de Musk não atenua a questão central e cumpre o papel do aviso que ele quis dar: a soberania nacional e a capacidade de autodefesa dos Estados estão cada vez mais submetidas à vontade dos detentores da tecnologia e dos meios de comunicação, cujos interesses nem sempre coincidem com os princípios democráticos.

O Futuro da Soberania Digital

Se nada eficaz for feito, veremos a consolidação de um novo modelo de dominação global das tecnologias. Tributar empresas é um passo necessário, mas insuficiente se não acompanhado de uma regulamentação rigorosa, que imponha limites e mecanismos de controle de atividades. A pergunta que fica é: aceitaremos ser governados por corporações que sequer reconhecem a legitimidade de nossas próprias leis? Afinal, como previu Zuckerberg, "a privacidade é o futuro"^[8], mas esse futuro está longe de significar um mundo mais seguro, e sim um mundo onde a ignorância sobre a vigilância digital será cada vez mais profunda e irreversível.

* Carolina Leirinha é graduanda em Sociologia pela UFF.

Referências e Notas

1. TELNAES, Ann. Why I'm quitting the Washington Post. **Open News**, 03 jan. 2025. Disponível em: <https://anntelnaes.substack.com/p/why-im-quitting-the-washington-post> Acesso em: 25 mai. 2025.

2. SULEYMAN, Mustafa; BHASKAR, Michael. **A próxima onda**: tecnologia, poder e o maior dilema do século XXI. São Paulo: Record, 2023.
3. ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.
4. ORLOWSKI, Jeff (Direção). O dilema das redes [documentário]. Produção: Larissa Rhodes. Estados Unidos: **Netflix**, 2020.
5. MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Rio de Janeiro: Ubu, 2018.
6. MALIK, Shehzil [@shehzilm]. Techno-nationalism could lead to an AI Iron Curtain. **Instagram**, 12 fev. 2025, https://www.instagram.com/p/DF9xLwYiBOG/?img_index=1
7. ZAKARIA, Fareed. The rise of illiberal democracy. **Foreign Affairs**, v. 76, n. 6, nov./dez. 1997, p. 22-43.
8. ZUCKERBERG, Mark. The Privacy-Focused Vision for Social Networking. **Facebook Newsroom**, 6 mar. 2019. Disponível em: <https://about.fb.com/news/>. Acesso em: 02 abr. 2025.

Neoliberalismo, Redes sociais e a Educação: A era do tik tok e a desinfantilização da nova geração

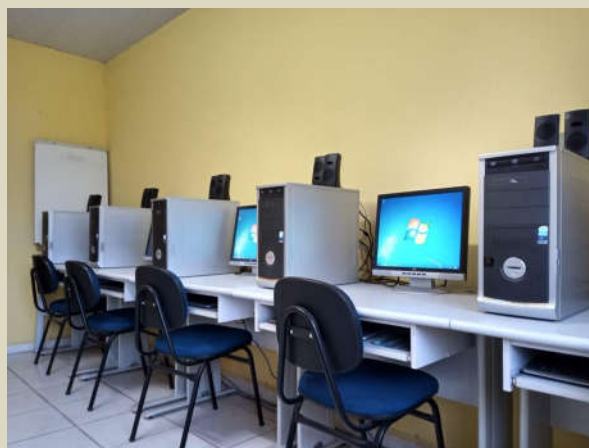
Isabela Canha Fernandes*
<https://doi.org/10.5281/zenodo.15866364>



Charge de Bruno Galvão^[1]

Um período de “uberização” e individualismo

O início do século XXI foi marcado pelo avanço tecnológico com o advento da internet e computadores. Durante a primeira década, foram criadas diversas formas de comunicação e transmissão de dados, as chamadas redes sociais, onde paulatinamente os usuários podiam se expressar com uma vasta expansão de suas ideias nunca antes vista. Havia uma ideia de liberdade sem limites e a globalização nestes espaços era cada vez mais crescente^[2].



Lan House gratuita financiada por associação de bairro^[3]

A segunda década foi marcada pela crise de 2008 e com isso a ascensão do neoliberalismo, desta vez, marcada pelo desenvolvimento acelerado das redes com poder de transmissão de informação (e desinformação) cada vez mais rápido. A desigualdade crescente pela crise criou uma categoria de trabalhadores que, através do sonho neoliberal, apoiou-se na visão individualista meritocrática de que é possível mudar economicamente quando o indivíduo se autonomiza. Com slogans como “seja seu próprio chefe”, esse sistema econômico precarizou cada vez mais a força de trabalho e individualizou a classe trabalhadora, que com atrativos dados pelas bigtechs, donas das redes sociais, se convenceram que era possível ascender economicamente se vendendo as redes^{[4][5]}.

A pandemia e novas formas de interação

A segunda década foi atravessada pela pandemia da COVID 19, onde por meses não era possível se deslocar nas ruas, limitando as interações sociais presenciais, mas aumentando as interações virtuais. Cresceu-se a rede social TIKTOK, onde com vídeos curtos, de fácil acesso e fácil expansão de ideias a sociedade como um todo a foi adotando como parte do cotidiano^[6].

O TIKTOK virou para muitos, inclusive a nova geração, a principal forma de entretenimento e acesso à informação. Junto do seu sentido de promover o lazer e se informar, o TIKTOK deu oportunidade financeiras de crescer na plataforma, com a monetização de vídeos virais e propagandas, levando muitos durante a pandemia a tentar crescer na rede como forma de trabalho.

Os influencers e a nova era de entretenimento

É com este período de ascensão do TIKTOK em conjunto com o neoliberalismo que se tem uma nova categoria de “trabalhadores”, os influencers ou criadores de conteúdo: indivíduos que ganham dinheiro através da monetização de seus vídeos e o fazem falando sobre um determinado assunto. Muitas vezes suas falas geram uma ação de influência sobre quem os assiste, explicando-se então, o significado do termo.

Através disto, inúmeros usuários que incorporaram para si o status de influencer passaram a ditar, para além do consumo material através do marketing de seus próprios produtos, padrões de comportamento, vestimenta, lazer, religião, etc, cada um com sua legião de seguidores assíduos.

A desinfantilização na era do Tik Tok

As novas gerações alfa e beta cresceram no ambiente virtual, principalmente no TIKTOK a partir da pandemia e com isso, estão passando pelas transformações causadas pela rede e seus usuários. Uma geração que tem como figuras importantes os ditos influencers e baseia suas interações e consumos pela rede, molda a forma como eles se desenvolvem. É crescente a quantidade de crianças e jovens imersos cada vez mais nas telas e não no convívio físico e elas se expressam fora das telas com o que foi apresentado a elas, muitas vezes pelos influencers.

Há relatos de escolas e famílias que mostram crianças falando frases cortadas pelas edições de vídeos que veem na rede, crianças em espaço público apenas no celular, o uso do celular para postar danças no tiktok, tendências de modas adultas usadas pelas crianças, ideias de ganhar dinheiro através do trader, entre outras. O TIKTOK foi tomado por uma geração jovens viciada em telas que se baseia e cresce através dos influencers adultos que não medem suas falas e ações para essa geração, pais que não controlam o que seus filhos assistem na rede e uma rede que não controla o que seus usuários consomem e publicam.

Com isso, as crianças e jovens ao invés de consumirem conteúdo infantil, estão crescendo através de aspectos de vida adultas, sem passaram pela sua infância infantilizada. Crescem, não mais com desenhos e músicas infantis, mas sim com ideais de serem trader, fazerem academia até se tornarem bodybuilder, terem programa de skin care, trabalharem com podcast influenciados pelos pais, usarem roupas adultizadas e consumirem produtos cada vez mais minimalistas, neutros e sem nenhum espectro infantil.

* Isabela Canha é graduanda em Ciências Sociais pela UFF.

Notas e Referências

1. Bruno. **Charges do Bruno**: outubro 2013. 17 out. 2013. Disponível em: <https://chargesbruno.blogspot.com/2013/10/> Acesso em: 25 mai. 2025.
2. BUCHER, Taina. **If...Then**: Algorithmic Power and Politics. New York: Oxford University, 2018. Oxford Studies in Digital Politics.
3. MOREIRA, Mônica. Moradores de Conjunto Carapina I terão acesso gratuito a lan house criado pela associação do bairro. **Site da Serra**, 26 mai. 2021. Disponível em: <https://www.sitedaserra.com.br/noticia/moradores-de-conjunto-carapina-i-terao-acesso-gratuito-a-lan-house-criado-pela-associacao-do-bairro>
4. AUGUSTO, Claudio de F.; SANTOS JR, P. C. G. dos. Globalização Digital e a Crise do Estado Moderno. Ponta Grossa: Aya Editora, 2024. Disponível em < <https://ayaeditora.com.br/Livro/32055/> >
5. MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018

6. TURATO, Luiza F.; SANTOS, Célia M. R. G. dos. A polifonia do TikTok: interação e cidadania dos jovens no contexto da pandemia. **XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã**, 22-24 jul. 2021. São Paulo. FAAC- Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Departamento de Comunicação - Campus de Bauru/SP

Efeitos do ‘tempo’ acelerado contemporâneo e o adoecimento mental da sociedade

Leon Lyrio dos Santos*
<https://doi.org/10.5281/zenodo.15866380>

Uma concepção de “tempo” no mundo contemporâneo

Um dos fatores principais que compõem nossa sociedade, atravessada pelos valores introjetados pelo neoliberalismo, é o tempo, mas não qualquer forma de tempo, um tempo acelerado, tempo este que baseia-se não na maneira em que desejamos nos relacionar com ele, mas sim como o indivíduo deve assumir o tempo para si, tempo de produzir, tempo de ser, tempo do descanso do produzir, tempo este que é definido pelas relações sociais, econômicas, pelo sucesso.

É neste sentido que o tempo nos é dado, não como parte importante do processo de desenvolvimento da psique, da mente social, do coletivo, mas sim como um cronômetro que determina o nosso uso dele, nossas atividades, nosso rendimento, nossas conquistas materiais. Parte desta perspectiva é subitamente demonstrada na concepção de Barbosa quanto ao tempo cotidiano e em como este é fundamental para a produção da vida social desde a infância^[1].

Para a autora, o “tempo do capital” é o que define a forma como as atividades educacionais são elaboradas, tanto no processo de ensino e aprendizagem quanto nos processos de rendimentos do trabalho educacional dos docentes. Embora produza ao final do artigo uma tentativa de pensar o tempo de maneira diferente, nos atentarmos aqui a esta definição.

Sociologia Urbana e Contexto Social: (re)produção da vida na cidade e nas redes sociais

É de suma importância considerarmos a importância do contexto social no qual o indivíduo está inserido para que possamos analisar de fato como o tempo é pensado e seus efeitos na sociedade como um todo, pois, de forma sucinta, como bem elaborado pelo autor bielorusso Vygotsky o contexto social é fundamental para o desenvolvimento da mente social desde a infância devido às suas interações sociais^[2], mas não só como também a elementar pontuação de Simmel quanto ao efeito do fluxo acelerado de informações produzido nas metrópoles, completamente contrastantes das comunidades rurais, no comportamento dos indivíduos e nas relações sociais^[3]. Ambos apontam um fator em comum, o tempo como aspecto fundamental que norteia a dinâmica social,



O fluxo acelerado de informações nas metrópoles modifica a sensação do tempo^[4]

que por sua vez corrobora com o fato de que o contexto no qual estamos inseridos pode configurar a nossa forma de vida social e as consequências disto são observáveis.

O que tem sido alterado sobre este fato é que o ambiente físico não é mais necessário para que esse contexto exerça poder sobre nós, afinal as relações sociais hoje são estruturalmente, em sua grande maioria, pautadas pelo que consumimos nos meios digitais, sejam nas redes verticais como Tik Tok e Kwai, sejam nas redes sociais de comunidade mais elaboradas como Instagram e Facebook.

Possuindo desde conteúdos fitness a conteúdos políticos, são ambientes completamente bombardeados pelas informações excessivas e incessantes, onde um detalhe nelas é fundamental, pois o tempo sempre está implícito em diversos aspectos como sobre organizar a rotina, como administrar sua economia pessoal e até mesmo sobre gestão emotiva. Todos estes perpassam por uma tentativa de definir a forma ideal de como o tempo precisa ser administrado e usado para termos sucesso, rendimento e até mesmo felicidade. E isso tem efeitos práticos na vida social.

Doenças psicossomáticas

Não é de hoje que nota-se um aumento considerável de síndromes e transtornos mentais que afetam as relações sociais, transtorno de ansiedade, depressão e síndrome de burnout tem

sido alvos de inúmeras abordagens científicas para compreender como estas são causadas, seus sintomas e possíveis tratamentos, mas pouco preocupa-se quanto aos fatores sociais que também são elementares para os processos psicossociais que produzem indivíduos com estes enfermos.

De acordo com uma matéria produzida pela CNN em 2025, revela-se um dado alarmante sobre a saúde mental de trabalhadores, pois de acordo com a pesquisa apontada sobre a síndrome de burnout “cerca de 30% das pessoas ocupadas em território nacional sofrem com a doença, de forma que o país ocupa a segunda posição no ranking mundial de casos.”, ou seja, parte considerável dos trabalhadores sofrem efeitos físicos e mentais degradantes da prática de trabalho, que como supracitado, é estruturalmente atravessada por essa concepção de tempo devastadora^[5].



Quem controla a nossa imagem?^[6]

Interdisciplinaridade Urgente

Neste sentido, cabe aqui salientar que esta não é uma afronta a forma na qual elaboramos as ciências sociais, nossas metodologias, objetos e instrumentos de pesquisa, mas sim um alerta, um chamado, para que possamos compreender que as dinâmicas sociais perpassam por esferas de conhecimento que muitas vezes se sobrepõem, como no caso das questões

climáticas.

Logo torna-se evidente a necessidade de colocarmos nosso esforço sobre estas contradições de nosso momento histórico, para que possamos compreender como a mente humana é sensível aos valores subjetivados por ideologias político econômicas que alteram até mesmo a nossa percepção de nós mesmos e nossa saúde física e emocional. Como pesquisadores temos o dever de ampliar nossas formas de compreender a sociedade, precisamos entender o tempo como parte fundamental do mundo e que ele pode determinar o rumo das nossas relações.

* Leon Lyrio é graduando em Ciências Sociais pela UFF.

Notas e Referências

1. BARBOSA, Maria C. S. **Tempo e cotidiano**: tempos para viver a infância. Leitura: Teoria & Prática, v. 31, n. 61, nov. 2013, p. 213–222. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/185/122>. Acesso em: 03 abr. 2025.
2. VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
3. SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. Trad. Leopoldo Waizbort. In: SIMMEL, Georg. Gesamtausgabe. Frankfurt: M. Suhrkamp, 1995. v. 7, p. 116–131. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/WfkbJzPmYNdfNWxpyKpcwWj/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2025.
4. FreeImages. **Free stock photo**: Busy street scene with pedestrians. c2025. Disponível em: <https://www.freeimages.com/pl/photo/people-on-street-1461012> Acesso em: 25 mai. 2025.
5. MATOS, Maria C.; CARLUCCI, Manoela. **Síndrome do burnout ganha nova classificação na OMS**. CNN Brasil, 18 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sindrome-do-burnout-ganha-nova-classificacao-na-oms/>. Acesso em: 03 abr. 2025.
6. DANTAS, Guilherme. As inteligentes e reflexivas ilustrações de Marco Melgrati. **designerd**, 3 mai. 2018. Disponível em: <https://www.designerd.com.br/as-inteligentes-e-reflexivas-ilustracoes-de-marco-melgrati/> Acesso em: 25 mai. 2025.